



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

GABRIEL HENRIQUE MEDEIROS DA SILVA

**O CONCEITO MAQUIAVELIANO DE FORTUNA E SEU MOVIMENTO
SOBRE A LIBERDADE DO INDIVÍDUO.**

NATAL

2025

GABRIEL HENRIQUE MEDEIROS DA SILVA

**O CONCEITO MAQUIAVELIANO DE FORTUNA E SEU MOVIMENTO
SOBRE A LIBERDADE DO INDIVÍDUO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Filosofia da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte como requisito parcial
para a obtenção do título de Licenciando
em Filosofia

Orientador(a): Paulo Eduardo Bodziak
Junior

NATAL

2025

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Silva, Gabriel Henrique Medeiros da.

O conceito maquiaveliano de fortuna e seu movimento sobre a liberdade do indivíduo / Gabriel Henrique Medeiros da Silva. - 2025.

58f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Licenciatura em Filosofia, Natal, RN, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Paulo Eduardo Bodziak Junior.

1. Fortuna. 2. Maquiavel. 3. Virtù. 4. Desejo. 5. Liberdade.
I. Bodziak Junior, Paulo Eduardo. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 1

GABRIEL HENRIQUE MEDEIROS DA SILVA

**O CONCEITO MAQUIAVELIANO DE FORTUNA E SEU MOVIMENTO
SOBRE A LIBERDADE DO INDIVÍDUO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Filosofia da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte como requisito parcial
para a obtenção do título de Licenciando
em Filosofia

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Eduardo Bodziak Junior

Orientador

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Ivan Rodrigues de Sousa Filho

Membro interno

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Federico Sanguinetti

Membro interno

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

"E, se do ápice de sua altura Vossa Magnificência por momentos volver os olhos para estes lugares baixos, saberá quanto eu desmerecidamente tenho suportado uma grande e contínua adversidade da fortuna."

(Nicolau Maquiavel)

"E no entanto, também é verdade que não se pode escrever nada legível a não ser que se lute constantemente para apagar a nossa própria personalidade. [...], percebo que toda vez que me faltou propósito político, acabei por escrever livros sem vida e fui traído por trechos floreados, frases sem sentido, adjetivos ornamentais e enganos em geral"

(George Orwell)

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é estudar o conceito de Fortuna no pensador florentino Nicolau Maquiavel. Veremos como o autor utiliza da figura da deusa romana para conceber uma filosofia que ultrapassa as primeiras análises políticas da contingência e as primeiras percepções medievais da Fortuna. Essa monografia passará pelas formas argumentativas do filósofo florentino e os seus principais conceitos filosóficos para compreender como a Fortuna atua diante das ações políticas do humano e como a deusa pode dominar nossa liberdade. Trabalharemos como a liberdade maquiaveliana se apresenta na natureza humana e em até que ponto é possível atribuir as decisões tomadas pelo povo e pelo governo à liberdade ou às armadilhas da imprevisibilidade. Dessa forma, poderemos efetuar uma nova visão acerca do estudo da Fortuna e da Liberdade em Maquiavel, que chamaremos de *metafísica maquiaveliana*, uma leitura do autor sobre seus conceitos e análises para além experiência política historiografada.

Palavras-chave: Fortuna – Maquiavel – *Virtù* – Desejo – Liberdade

ABSTRACT

This research aims to study the concept of Fortune in the Florentine thinker Niccolò Machiavelli. We will examine how the author uses the figure of the Roman goddess to conceive a philosophy that surpasses the initial political analyses of contingency and the early medieval perceptions of Fortune. This monograph will explore the argumentative forms of the Florentine philosopher and his main philosophical concepts to understand how Fortune acts upon human political actions and how the goddess can dominate our freedom. We will work on understanding how Machiavellian freedom is presented in human nature and to what extent it is possible to attribute decisions made by the people and the government to freedom or to the traps of unpredictability. In this way, we will develop a new perspective on the study of Fortune and Freedom in Machiavelli, which we will call Machiavellian metaphysics: a reading of the author's concepts and analyses that extends beyond the historiographed political experience.

Keywords: Fortune – Machiavelli – *Virtù* – Deity – Freedom

AGRADECIMENTOS

Escrever esses agradecimentos é, de fato, algo que eu pensava não ser capaz de fazer. Por vezes, nem acreditei que conseguiria, mas devo aqui prestar todo meu carinho e agradecimento a quem esteve ao meu lado. Primeiro, a meus amigos Vitor Silveira e Emily Aragão, por estarem comigo nessa jornada acadêmica e pelas conversas e fofocas fora do campus. A Jislayne Cristina, que foi minha vizinha por tampo tempo, me rendendo companhia e me salvando de momentos em que estava nas sombras. Agradecimentos especiais a Ana Bezerra, você já é uma pessoa incrível, por muitas vezes você transmitiu luz e cuidado no meu caminho. Nada, e nem ninguém, podem tirar essa luz de você. A Gabriel Baumann, obrigado de verdade por nunca desistir de mim e por sempre me ouvir falar por horas e horas de coisas sem sentido, como quê religião inspirou quê demônio em Shin Megami Tensei, ou me ouvir lendo um capítulo inteiro de um livro sobre outros livros. Obrigado por ser meu amigo e por sempre me mandar um “bom dia” mesmo sendo 23h da noite, e obrigado também por ser tão carinhoso com minha mãe. Obrigado ao meu grupo de RPG, as Hidras sem cabeça, por me ajudar a manter a sanidade.

Há também professores maravilhosos que passaram na minha vida acadêmica e eu preciso agradecer. Obrigado a Marcos Casado, por me ensinar tanto sobre docência e amor por ensinar filosofia e principalmente por acreditar no meu trabalho. Obrigado a Raquel Patriota, não é à toa que suas aulas são sempre recheadas de alunos. Eu sempre tive receio de estudar estética por lembrar de não gostar muito no ensino médio e as suas aulas me ensinaram um campo da estética filosófica que acenderam essa vontade de conhecimento em mim. E, claro, ao meu orientador Paulo Bodziak, minha jornada acadêmica foi uma antes e depois de sua orientação, tanto na monografia quanto no projeto de extensão. Encontrei não só um bom professor, mas uma pessoa a quem me inspirar, espero que continue acreditando e apoiando os alunos que vierem nesse departamento e que ti e sua família sempre encontrem luz e gratidão por onde caminham.

Devo agradecer à minha família, esses últimos anos passamos por muita

coisa. Principalmente perdas familiares. Amo cada um de vocês, meus irmãos Sara Daiane e Wilton de Medeiros, meus sobrinhos, meus tios. Todos vocês foram extremamente importantes nessa jornada.

Meus dois pais nunca aprenderam a ler e escrever, mas sempre fizeram o possível pela educação de seus filhos. Devo especialmente agradecer a meu pai, Antônio Silvestre, ele nunca foi de muita comunicação, sua forma de se expressar sempre foi diferente, virginiano nato como dizem. Mas sempre me lembro de momentos que passamos juntos na minha infância ao ver coisas banais, como um sorvete ou uma galera vendo futebol em um bar. Obrigado por estar conosco sempre.

Agradeço a minha mãe, Maria Eliane de Medeiros Dantas, que mulher. O que ela já fez por todos seus filhos é incontável. Mulher guerreira, costureira, agricultora, cozinheira e ninguém supera suas broncas e muito menos seu carinho. Obrigado por estar sempre ao lado de seus filhos em todos os momentos. Obrigado por me apoiar e me aceitar em cada decisão que eu faço e me lembrar que mesmo com dificuldades eu ainda sou eu. Há mil coisas pelo qual eu gostaria de te agradecer e deixaria essas páginas enormes e acho que ninguém leria, mas há algo que transmite tudo pelo que sou grato: Obrigado por me adotar e me amar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I: CONQUISTA E CONSERVAÇÃO DO PRINCIPADO: VIRTÙ E FORTUNA.....	11
1.1 Cronologia maquiaveliana.....	11
1.2. O Príncipe: Virtù e a conservação do principado – o desejo de governar..	14
1.2.1. A <i>virtù</i> do governante e sua manutenção contra a Fortuna.....	19
1.3. O Discorsi: <i>Virtù</i> e a conservação da República – o desejo de liberdade...23	
1.3.1 Umori: O desejo na natureza humana.....	25
1.3.2 A compreensão da Liberdade e porque devemos a ela desejar possuir...30	
CAPÍTULO II – A FORTUNA E DESEJO PELA LIBERDADE.....	34
2.1. O conceito de Fortuna e sua imprevisibilidade.....	34
2.2. A liberdade em Maquiavel: Liberdade e a imprevisibilidade da ação.....	37
2.2.1 Como a liberdade e a Fortuna funcionam juntas.....	39
CAPÍTULO III – DA DIVINDADE NA TERRA ATÉ A INDEPENDÊNCIA NO ETÉREO.....	44
3.1. A Fortuna e a moralidade.....	44
3.2. O problema do caos.....	48
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

INTRODUÇÃO

Durante todo “O príncipe”, Maquiavel cita a Fortuna diversas vezes, e podemos perceber que esta contingência¹ vai além de um agente apenas político para o filósofo, e se encontra em um patamar de mesma relevância que outros preceitos políticos e metafísicos para um bom regimento do principado. Entretanto é apenas no capítulo XXV Em que medida a fortuna controla as coisas humanas e como se pode resistir a ela², onde encontraremos um melhor conceito sobre o que seria a Fortuna. Desta forma, pretendemos com essa monografia entender em que ponto a Fortuna e a liberdade se embatem e se comunicam afetuosamente na vida do indivíduo e em que momento poderíamos, com certeza, afirmar que estamos sendo livres ou apenas seguindo os passos determinados pela deusa. Um dos pontos objetivos desta monografia é perceber como a Fortuna atua sobre os desejos e sobre a liberdade. Sendo assim, pretende-se catalogar o que chamaremos de uma *metafísica*³ *maquiaveliana*, apresentando-se em uma vertente interpretativa das obras do autor que transpassariam para além dos campos terrenos⁴. Portanto, a

1 Acaso, contingência e imprevisibilidade são conceitos que descrevem as ações da Fortuna.

2 Em tradução de Maurício Santana Dias. Todas as traduções de nomes de capítulos e cartas presentes nesta monografia foram feitas por Maurício Santana Dias, tradução encontrada na edição de “O príncipe” da Companhia Penquin. Mais informações encontradas em Referências Bibliográficas.

3 Para toda esta monografia, compreender-se metafísica como: vertente, pensamento e/ou estudo filosóficos para questões que vão além da capacidade física do homem, sejam elas: políticas, éticas, morais, desejos, emoções ou tudo que pode ser pensado ou respondido por meio da racionalização humana. Questões como ser, realidade, existência, conceitos divinos e além

4 Em “Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio”, Maquiavel utiliza do termo “Terra” para se referir a um povoado, território, local administrado pelo povo, local murado. Maria Tereza Sadek (2001, pp. 22) também utiliza do termo terreno em relação a algo mundano ao comentar sobre a *virtù* de Maquiavel. Terreno aqui será utilizado sempre como conceito político destinado a um Estado, governo, administração ou algo físico e mundano.

Fortuna afeta as políticas, o desejo⁵ e a liberdade das pessoas. Desta forma, passaremos por suas obras utilizando os conceitos de *virtù*, liberdade e o desejo, explicitando como a Fortuna se torna agente condutor das ações na vida política e individual dos cidadãos do Estado.

Passaremos pelas principais obras políticas do autor, mas também em seus poemas “Di Fortuna” e “Dell’Occasione”, que podem ser encontrados em “*I capitoli*”, um conjunto de poemas escritos por Maquiavel. O estudo de seus poemas e conceitos artísticos possuem o objetivo de identificar sua importância para além da arte e adentrar em um campo filosófico. Por fim, conceituar como a Fortuna em seus poemas se atrela em seus textos políticos. Esta monografia está dividida em três capítulos: no primeiro capítulo passaremos pelos conceitos centrais das obras maquiavelianas como *virtù*, Fortuna, desejo e liberdade e os argumentos do autor. Tendo estabelecido esses conceitos-chaves, o segundo capítulo se concentrará em como a Fortuna e a liberdade se conectam e se comportam nas ações políticas do povo. Complementando com um capítulo final correlacionando o que foi visto com a proposta de apresentar uma percepção para uma *metafísica maquiaveliana*.

5 O conceito de “Desejo” (*umori* no italiano que pode aqui também ser traduzido como humor) aparece já intrinsecamente em “O príncipe”, entretanto é em “Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio” que o conceito é melhor apontado pelo autor.

CAPÍTULO I: CONQUISTA E CONSERVAÇÃO DO PRINCIPADO: VIRTÙ E FORTUNA

1.1 Cronologia maquiaveliana.

Nascido em 1469, Niccolò di Bernardo Machiavelli, foi filósofo, historiador, músico, diplomata e poeta. Atuou na política de sua região (Florença na Itália) até fevereiro de 1513 (aos 44 anos), ano em que foi processado por conspiração contra Florença, sendo torturado e preso. Em Florença a família Médici detinha o poder político durante muitos anos, entretanto em 1492 morre o patriarca da família Lourenço de Médici. Dois anos depois, a família dos Médici é expulsa de Florença. Durante esse período Maquiavel ingressa na política florentina, especificamente em 1498, como segundo chanceler da República. O cargo de chanceler da República lhe garante grandes viagens e expedições pela Europa, encontrando-se com nomes como Leonardo da Vinci (1452 – 1519) em 1502 e trabalhando na corte do rei Luís XII (1498 – 1515).

“O príncipe” começa a ser esboçado como uma carta tratado à corte de Florença, gênero comum na época, em seu caso dedicado ao neto de Lourenço Médici. Maquiavel intitula “*De Principatibus*”. Em 1516, cópias de “O príncipe” começam a circular pelos arredores de Florença e a na própria região. Onze anos depois, no ano de 1527, os Médici são expulsos novamente de Florença, em 21 de junho Maquiavel perece. Apenas cinco anos depois “O príncipe” é publicado de forma póstuma junto de outros livros, cartas e poemas do autor. O nome “*De Principatibus*” poderia ser fielmente traduzido como “Ao principado”, remetendo-nos às direções estabelecidas nos capítulos do tratado. Posteriormente ao ser publicado no Brasil, a obra de Maquiavel chega com o título de “O príncipe”, possivelmente tendo referências a suas publicações europeias em outros países e línguas, visto o argumento advindo da British Library:

O Príncipe circulou amplamente na Inglaterra na década de 1580 em edições impressas em italiano, francês e latim. Estudiosos acreditam que Shakespeare poderia ter lido em italiano, mas em qualquer caso as

traduções em inglês circularam por manuscrito por volta de 1585. [...] A primeira tradução inglesa a aparecer em impressão foi a edição de 1640 de Edward Dacres, visto por aqui. (BRITISH LIBRARY, [21--]/TRADUÇÃO NOSSA)⁶

Para melhor compreendermos as obras maquiavelinas, há um motivo para estudar contextos históricos, razão pela qual começar esta monografia começa contextualizando o autor e um pouco da historiografia florentina. Em “Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelecto da virtù” (2001), Maria Tereza Sadek convoca importante contexto da vida em Florença e das lutas políticas que aconteciam em tal época e localidade. As disputas políticas dos Médici e todos os jogos sociopolíticos e regionais de Florença têm grande relevância para a obra maquiaveliana. Lembremos que “O príncipe” foi escrito e destinado à “Laurentio Medici” (Lourenço de Médici), em um momento de vida “desafortunado” do autor. Intrinsecamente o tratado funciona como uma forma de Maquiavel se reencontrar novamente na diplomacia e servir de utilidade ao Príncipe a conservação do seu poder em Florença.

Então temos o núcleo filosófico do “O príncipe”, um tratado escrito por um diplomata para um monarca, ditando regras estritas sobre a política e ética da conservação de poder. Maquiavel utiliza em todo seu texto exemplos históricas de antigos principados, como o império romano, e governantes, como Savonarola, Luís XII, e outras figuras históricas, para exemplificar tais regras. Sadek ressalta o ponto

6 BRITISH LIBRARY: informação retirada da página acerca de “The Prince” de Niccolò Machiavelli do site oficial da Biblioteca Nacional do Reino Unido (Endereço online da página sobre a BRITISH LIBRARY: <https://www.bl.uk/about-us>). Este texto pode ser também visto na descrição de uma edição do livro localizado no site Biblio.com. A edição desse livro que consta essa descrição feita pela British Library foi postada pela conta oficial no site X, antigo Twitter em 3 de Maio de 2016 junto ao link da matéria. Referências no fim da monografia. Ainda sobre essa nota, afirmo que: Sendo assim, possivelmente o motivo da vinda da obra maquiaveliana ao Brasil com título de “O príncipe”, pode ter vindo de referências ou uma tradução em cima da edição de Edward Dacres para o inglês. Mesmo que em possíveis textos filosóficos ou literários a tradução de uma língua a outra pode mudar o sentido, importante ressaltar que a mudança de “Ao principado” para “O príncipe” não vai afetar o efeito da leitura e compreensão dos leitores brasileiros

histórico dos exemplos de Maquiavel, destacando seu caráter não idealista⁷ para a política, a sociedade e o Estado. A comentadora argumenta sobre isso no tópico “A verdade afetiva das coisas”. Ela afirma: “De fato, sua preocupação em todas suas obras é o Estado. Não o melhor estado, aqueles tantas vezes idealizado, mas que nunca existiu. Mas o Estado real, capaz de impor ordem.” (SADEK, 2001 pp. 17). Dito isto, Sadek explana sobre a ausência de uma deontologia da obra maquiaveliana, o principado não é mantido por regras do “dever” moral e político, mas por possuir *virtù*, pelo trabalho do governante na sua conservação do seu poder. Para isto, Maquiavel utiliza de seus exemplos históricos como parâmetro para alcançar sua finalidade política. Ainda nesse tópico, Sadek afirma: “Tem-se sempre a sensação de que é necessário ler, reler, e voltar a ler a obra e que são infindáveis as suas possibilidades de formalização.” (SADEK, 2001 pp. 18). Maquiavel escreve seu tratado de forma que a cada releitura seja possível tirar mais camadas e interpretações das regras éticas e políticas que o autor apresenta em sua obra.

Antes de iniciarmos nossa análise de “O príncipe”, gostaríamos de retratar a primeira página do tratado. Ali, encontramos a seguinte passagem:

Todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens foram e são repúblicas ou principados. E os principados são: ou hereditários, nos quais o sangue de seu senhor tenha reinado por longo tempo, ou novos. E, entre os novos, ou são novos de todo, como foi o de Francesco Sforza em Milão, ou são constituídos de membros agregados ao Estado hereditário do príncipe ao rei da Espanha. Assim são ordenados tais domínios, uns habituados a viver sob um príncipe, outros acostumados a serem livres; e eles são conquistados ou por armas alheias ou por armas próprias, ou por fortuna ou por virtude. (MAQUIAVEL, pp. 47. 2021)

Em sua primeira página, Maquiavel já apresenta três conceitos fundamentais em sua obra: a liberdade, a Fortuna e a Virtude (*Virtù*). É fundamental pontuarmos esses conceitos para tratar da Fortuna e Liberdade como agentes dominadores do indivíduo. Podemos entender como a Fortuna é uma ferramenta responsável por

7 Sentido de idealização metafísica de uma realidade ideal.

gerir um elo entre quem somos e onde viveremos ao nascer, e como ela pode ser responsável pelo controle e condução da nossa “liberdade” individual.

1.2. O Príncipe: *Virtù* e a conservação do principado – o desejo de governar.

Visto como “O príncipe” é estruturado, podemos considerá-lo um guia para governante chegar ao poder e, mais importante ainda, manter-se no poder. “O príncipe” é dividido em capítulos que se estruturam em um pensamento disciplinatório, dirigindo a situações específicas que podem vir a ocorrer por ação da Fortuna ou de agentes externos, sendo assim escrito para responder a cada possibilidade e contra-argumentos potenciais.

Em vista disso, Maquiavel traz em seus capítulos três tipos de argumentos: O primeiro, de evidências e exemplos históricos, traz casos e eventos de outros líderes de poder como César Bórgia, Alexandre Magno, Júlio César, entre outros; Tal argumento diz respeito a uma tentativa do governante de entender os erros e acertos do passado e como prosseguir em assuntos parecidos em seu poder. Após trazer em seu tratado, exemplos do regime político em Florença de *messer* Giovanni (filho de *messer* Annibale), Maquiavel argumenta:

Concluo, pois, que um príncipe não deve temer as conjuras quando tiver o povo a seu favor; porém, caso a população o odeie e seja sua inimiga, haverá motivos para temer tudo e todos. Por isso os Estados bem administrados e os príncipes sábios sempre dedicaram a máxima diligência em não descontentar os poderosos, [...] — porque esta é uma das ocupações mais importantes de um príncipe. (MAQUIAVEL, pp. 110, 2021).

Aqui, Maquiavel traz um argumento baseado em fatos históricos, sobre o que fazer quando o próprio toma príncipe com ódio político e de como preservar um autocuidado como principado diante dos laços políticos alheios. Desta forma, entendemos evidentemente os exemplos históricos trazidos por Maquiavel. Como

diz Ames: “O Motivo pelo qual Maquiavel quer que a ação seja orientada pelo conhecimento histórico é que, dessa maneira, será possível reduzir a influência da Fortuna sob o agir humano.” (AMES. 2004, pp. 103).

O segundo tipo de argumento trata de conceitos éticos e metodológicos para o príncipe, mas não verdadeiramente éticos ou de caráter da alma no sentido moralmente cristão de sua época e região. Ou seja, em seu texto, Maquiavel não reproduz códigos morais da cristandade dominante da Europa e Florença, mas cria conceitos morais para uma manutenção do poder. Tais normas destoantes à moralidade cristã conduz, ao que muitos interpretam como uma ideia de amoralidade dos textos maquiavelianos. O príncipe deve parecer um líder para o povo e, conseqüentemente, ter métodos e características próprias de um governante. Maquiavel cita no Capítulo XVIII uma tese que vai aparecer várias vezes em seu texto, a do príncipe precisar ter atitudes como a de um leão (a fúria, a mão fechada, a liderança) e a de uma raposa (o conhecimento, a astúcia, sagacidade) e logo complementa:

Sendo assim, um príncipe deve ter o extremo cuidado de nunca deixar que saia de sua boca nada que não esteja repleto das cinco qualidades supracitadas; e que ele pareça, ao ser visto e ouvido, todo piedade, todo fé, todo integridade, todo humanidade, todo religião — de resto, parecer possuir esta última qualidade é o que há de mais necessário. (MAQUIAVEL, 2021, pp. 106)

No texto de Maquiavel fica evidente que o príncipe precisa ter as cinco qualidades citadas: piedade, fé, integridade, humanidade e religião. Para o autor, não deve “[...] deixar que saia de sua boca”. Logo, essas condutas éticas são voltadas à aparência frente ao povo, não propriamente à existência de uma ética ou moralidade interna do governante.

O terceiro tipo de argumento são os de exemplos mitológicos de referência greco-latinos, conceitos divinos e metafísicos a serem trabalhados por Maquiavel como o próprio conceito da Fortuna. Além de mitologia greco-romana, o autor também usa de contos da mitologia cristã, referência justamente ao contexto vivido

por Maquiavel. Afinal morando no que viria a ser a Itália, ele está dentro de uma sociedade influenciada por fontes e tradições cristãs. Em “O príncipe”, Maquiavel traz argumentos e relatos de tais mitologias. Ainda no capítulo XVIII, ele cita um conto helenístico sobre Aquiles, príncipe semideus que lutou na Guerra de Troia e seu mentor Quíron, para melhor contextualizar sua metáfora da raposa e o leão:

Aquiles e tantos outros príncipes antigos foram deixados aos cuidados do centauro Quíron, que os manteve sob sua disciplina. Isso quer dizer que, tendo por preceptor um ser metade animal e metade homem, um príncipe deve saber usar de ambas as naturezas: e uma sem a outra não produz efeitos duradouros. (MAQUIAVEL, 2021, pp. 105)

Desta forma entendemos os pontos primordiais da metodologia em “O príncipe”, o autor percorre estes argumentos e se influencia de referências mitológicas e históricas para desenvolver como deve ser o governo de um príncipe ideal. Adentramos no centro da temática principal de seu tratado: como manter o poder e seu governo. Mesmo com tais exemplos e uma conduta ético-política a se seguir, existem fatores que estão além dos domínios do governante. Estes fatores têm em comum sua fonte, a deusa Fortuna, a representação da imprevisibilidade na vida e na manutenção do poder do príncipe. Temos então a seguinte problemática: como governar e lidar com a imprevisibilidade? Maquiavel traz a resposta em todo seu tratado por meio de dois temas cruciais: a Fortuna e a sua relação com a *Virtù*, elementos fundamentais para um bom desenvolvimento da vida política e cidadã do governante. “O príncipe” tem um capítulo especial para tratar da fortuna: *Capítulo XXV*, o autor discorre especialmente acerca dos movimentos da deusa⁸ sobre os

8 A Fortuna (Tykhe em sua contraparte grega) é a deusa romana do destino, da contingência e da imprevisibilidade e filha de Júpiter. Uma deusa que possui pouco prestígio em sua origem grega, mas que apresenta importância artística e filosófica para a posterioridade italiana. A deusa em seu aspecto romano ganhou datas especiais para sua adoração em Roma: 11 de junho e 24 de junho.

O imperador romano Sêrvio Túlio (PLATNER, 1929) construiu 26 templos dedicados a vontade da Deusa em Roma. Sêrvio Túlio é citado por Ovídio em sua obra *Fastos*, ao descrever sobre o feriado da Fortuna: O tempo passa e mudamente envelhecemos; sem freio que os segure, os dias fogem. Da Esforçada Fortuna as festas já chegaram – em sete dias junho findará. Quirites,

indivíduos e como é possível transgredir as ações da Fortuna.

Ao se encontrar com as referências cristãs e históricas da Fortuna, Skinner estuda suas mudanças iconográficas da deusa nos textos maquiavelianos. A compreensão da Fortuna se dá divinamente desde os povos greco-latinos antigos, e traz a ideia de uma deusa que controla a imprevisibilidade das coisas. No período histórico medieval a ideia da Fortuna volta a se tornar um tema a ser debatido, tanto pelos cidadãos italianos que veem a deusa como um agente do deus cristão como para a filosofia no estudo do “destino” e liberdade. Até mesmo seu símbolo foi trocado como aponta Skinner:

Com o triunfo da cristandade, essa análise clássica da Fortuna foi totalmente subvertida. [...] Já não é mais vista como amiga em potencial, mas simplesmente como uma força impiedosa; seu símbolo deixa de ser a cornucópia e passa a ser a roda, que gira inexoravelmente “como as mudanças da maré (177-9). (SKINNER, 1988, pp. 40)

Skinner pontua como a Fortuna foi utilizada até mesmo pela igreja católica cristã como um novo agente divino do deus cristão. Maquiavel utiliza da religião em seu tratado como uma ferramenta do povo social, mas não como regra. Ernst Cassirer⁹ ao tratar sobre Maquiavel e a religião, afirma que o autor vê a religião como elemento necessário à vida social. E ao pensar sobre a relação Mitologia cristã e mitologia pagã¹⁰ greco-latina, o comentador escreve que para Maquiavel o

celebrai jubilosos a deusa que um templo – régio dom – tem junto ao Tibre. Ide, uns a pé, outros ligeiros, nu’a barcaça, não vos pejeis de bêbados voltardes. Coroados baixéis trazei, jovens convivas que bebeis sobre as águas muito vinho. Cultua-a a plebe, pois da plebe, dizem, veio seu fundador, que humilde foi a rei. Aos escravos convém: Túlio nasceu de escrava e, p’ra deusa inconstante, ergueu um templo. (OVÍDIO, Fastos VI. 773-786. 2015)

Ainda sobre os templos de Sêrvio Túlio, Maquiavel cita a religião pagã e o culto a Fortuna e seus enúmeros templos no *Discorsi* e pontua ao se referir a religião Romana: “[...] tendo edificado mais templos à Fortuna do que a qualquer outra divindade”. (DISCORSI. 2024, pp. 193) .

9 CASSIRER, Ernst. O Mito do Estado. 1976. pp. 155-156.

10 Pagão atribuído aqui sempre virá da definição original da etimologia de sua palavra. Do latim *paganus*, aldeão, se referindo a todo povo que vivia em aldeias e cultua deuses politeístas

cristianismo e sua moral levam o governante a uma posição “fraca e afeminada”¹¹, pois trabalham contra uma *virtù* potente ao governante. Por outro lado, a religião pagã seria vista pelo autor florentino como uma boa fundamentação política regedora de boas leis. Anteriormente vimos que uma das qualidades do príncipe deve ser sua fé e sua religião, compreendemos então como o filósofo reitera a necessidade da crença ao governante, também como forma de conexão como seu povo.

Relembremos que o estudo da fé, da religião e da crença ao divino era tema central na filosofia medieval na qual Maquiavel estava inserido, mas o florentino transcende o pensamento cristão e se utiliza de uma figura pagã como característica central de sua filosofia. A Fortuna se torna posteriormente um signo característico ao se pensar no nome Maquiavel. Mesmo que essencialmente para a filosofia política, a Fortuna não seja de fato vista como uma deusa, é nítida a influência da religião romana para as teses de Maquiavel e sua utilização como símbolo filosófico para a imprevisibilidade política. Veremos à frente nesta monografia como o autor ainda utiliza a religião romana em seus poemas e recria vertentes e fetiches¹² passados previamente nos cultos pagãos romanos a deusa para falar sobre a contingência na vida dos homens.

Podemos ver uma citação sobre as ações da fortuna no governante e a importância de se ter um príncipe virtuoso, no último capítulo de “O príncipe”:

E tudo deriva da fraqueza dos chefes, porque aqueles que sabem não são obedecidos, e cada qual acha que sabe mais, não tendo surgido até aqui alguém que haja sobressaído tanto, por sua virtude e fortuna, a ponto que os outros cedam. (MAQUIAVEL, pp. 136, 2021)

Sendo assim, entendemos que o príncipe deve aprender sobre a história de outros principados e governantes. Para, além disso, compreender métodos éticos, e

referentes a natureza.

11 Ibidem, pp.155- 156.

12 Fetiche aqui utilizado como objeto, símbolo, ícone religioso.

não cair nas ações da Fortuna, conhecendo a imprevisibilidade das ações políticas e as precauções à deusa. Tais argumentos constituem a origem da *virtù* em Maquiavel. Novamente, deixando evidente sua importância para o aprendizado do príncipe, Maquiavel termina seu tratado citando a *Virtù* em um verso de Poema de Petrarca. Deixamos os versos traduzidos por Vasco Graça Moura:

Virtù contro a furore

Prenderà L'armi, e fia el combatter corto,

che l'antico valore

Nelli Italici cor non è ancor morto.

Armas contra furor

Virtude tomará; e a luta é breve

que o antigo valor

no coração de Itália prescreve

(2003, pp. 383).

Nesses versos podemos vislumbrar o Maquiavel poeta, ainda que lhe devamos um maior estudo do potencial filosófico de suas obras artísticas. Nos versos de Petrarca, também podemos compreender uma retomada a todo conteúdo de seu tratado, a importância dada ao patriotismo, ao armamento e à *virtù* do principado para se manter no poder. O que proferimentos na análise de seu texto, se caracteriza então pela demonstração dos exemplos maquiavelianos de conservação do poder do governo e do desejo do príncipe de governar e manter seu poder. Mas como visto nos argumentos convocados pelo autor, o príncipe terá de persistir acerca de sua *virtù* e das ocasiões da Fortuna.

1.2.1. A *virtù* do governante e sua manutenção contra a Fortuna.

Entendendo como a Fortuna e a *Virtù* aparecem como eixos centrais nas obras maquiavelianas até aqui, precisamos compreender melhor como a *virtù* é ferramenta essencial para um governante se manter no poder. Dito ainda que, a *virtù* não pertence tão somente ao príncipe, mas, como veremos posteriormente, ao seu povo. A *virtù* pode erroneamente ser compreendida e traduzida como virtude, mas esta exerce maior conceitualização e *poder* dos homens do que uma virtude. A *virtù* não nasce como um talento nos homens, mesmo que alguns por natureza tenham predisposição por seus desejos a tê-la mais que outros. A *virtù* deve ser adquirida e desejada por aqueles que possuem humores para a dominação e/ou para a liberdade.

Precisamos entender primeiramente como Maquiavel entendia *virtù*. E para o filósofo, a *virtù* e a Fortuna percorrem um caminho inseparável para compreensão de cada uma. Em um entendimento inicial, poderíamos descrever a Fortuna como uma contingência que atua sobre as ações dos indivíduos, sem que possamos controlá-la ou dela fugir. Dados a essa contingência superior, poderíamos entender a *virtù* maquiaveliana como uma forma de estar preparado para as mudanças da roda da Fortuna. O autor florentino utiliza muitos exemplos históricos de governantes em suas obras políticas, apresentando como ter uma boa *virtù* e como a Fortuna age. Com isso, evidencia a imprevisibilidade da Fortuna e como os erros e acertos do passado de outros governantes podem voltar a se apresentar ao atual príncipe, algo que requer uma boa *virtù*.

A Fortuna está sempre em constante imprevisibilidade, mesmo em “tempos de paz”, e nisto, o governante não pode se deixar não desejar pelo objetivo de ter uma boa *virtù*. Não basta apenas ter uma *virtù*, mas querer possuí-la e aperfeiçoá-la. Logo, a *virtù* precisa ser desejada. Skinner nos lembra que nas obras de Maquiavel não há uma definição exata sobre a *virtù*:

Muitas vezes deplora-se que Maquiavel não dê nenhuma definição de *virtù* e que tampouco faça um uso sistemático do termo. [...] ele trata a *virtù* como aquela qualidade que permite a um príncipe enfrentar os golpes da Fortuna, atrair o favor da deusa e se elevar, em decorrência disso, aos pináculos da fama e do príncipe, conquistando honra e glória para si e segurança para seu governo. (SKINNER, 1988, pp. 52)

Sendo a *virtù* de difícil catalogação conceitual, como compreender o que Maquiavel dita com esse termo? Podemos definir que, além de ser evidentemente um conjunto de talentos e virtudes para o governante e o povo em direção a si mesmos e suas grandiosidades e glórias, a *virtù* também é o caminho do desejo destes sobre seus objetivos: dominar para o príncipe e a liberdade para o povo¹³. Não só o caminho, mas o próprio construtor da *virtù*. O desejo de *virtù* constrói a própria *virtù* e se retroalimenta de sua existência. Com isso, procuramos explicar que a *virtù* do homem é tanto uma ferramenta para dominar a Fortuna e se manter livre, como também é uma ferramenta própria de manutenção e evolução de sua glória. Diferente de uma virtude que está presente ou inata a uma pessoa, a *virtù* precisa ser conquistada, aprendida com os exemplos históricos e de vivência, mantendo-se em constante aprendizado contra as ações do acaso.

Mesmo que não haja uma definição exata sobre o que seria a *virtù* conceitualmente, é possível formular que a *virtù* funcionaria como esta capacidade do governante (ou um coletivo ou um indivíduo) de lidar com as contingências da Fortuna, e, ainda, como, o papel do governante de conservar e manter seu poder sobre o povo. Com essa passagem de Skinner podemos entender melhor a relação entre *virtù* e desejo. Não basta apenas que o governante tenha *virtù*, qualquer indivíduo pode possuir uma boa *virtù* para combater a Fortuna brevemente, mas o governante precisa, além dessa virtude, possuir o desejo de poder conquistar e conservar suas conquistas, de consagrar-se entre o povo e utilizar de seu desejo para conquistar mais virtudes e evitar ser retirado do poder (ou ter seu poder conquistado por outros) ou ainda causar sua destruição.

A Fortuna e a *Virtù* são conceitos fundamentais para a política, entretanto esses conceitos são postos por Maquiavel de forma ponderada durante seus textos e explicados lentamente a cada capítulo que escreve. O capítulo em que Maquiavel se debruça sobre uma conceitualização da Fortuna aparece quase no fim de “O príncipe”. E, escrever sobre a Fortuna e a *virtù* torna o autor ainda mais perto de um pré-modernista, retirando-se das características medievais de escrever sobre a

13 Veremos a frente no *Discorsi* que os desejos do povo se estendem para além da liberdade e a *virtù* se apresenta também como caminho para esses desejos.

Fortuna. Como Sadek (2001, pp. 21) afirma em seu texto, havia uma crença predominante na Europa ao determinismo e ao destino. Maquiavel desdobra esse destino na forma da deusa romana Fortuna e quebra um determinismo que atua nos indivíduos.

Para os cristãos da época em que “O príncipe” foi pensado e escrito, a Fortuna e o destino eram cruéis e impiedosos¹⁴, mas Maquiavel retoma o pensamento latino romano de uma Fortuna neutra e não tendenciosa, que pode tanto prejudicar os planos do governante como também ajudá-lo em ocasiões circunstanciais. Maquiavel então constrói um conceito de *virtù* para além de uma simples virtude do indivíduo, mas como uma capacidade de saber atuar pelas mudanças da Fortuna e sobre as variações de seus dominados. Sobre a visão cristã e a *virtù*, Sadek escreve:

Não cabe a ideia da virtude cristã que prega uma bondade angelical alcançada pela libertação das tentações terrenas, sempre à espera de recompensas no céu. Ao contrário, o poder, a glória, típicas tentações mundanas, são bens perseguidos e valorizados. O homem de *virtù* pode consegui-los e por eles luta. (SADEK, 2001, pp. 22)

A comentadora relembra sobre os desejos da natureza humana, outrossim dos ganhos de ser um governante com *virtù*. Um governante então não deve esperar por algo divino, metafísico ou pós-vida, mas se tornar virtuoso em terra para lidar com a Fortuna e receber o poder e a glória advindas de suas ações. Skinner afirma que: “[...] *virtù* é o nome dado aquele conjunto de qualidades que permitem a um príncipe aliar-se com a Fortuna e conseguir honra, glória e fama.”¹⁵

Atingimos o cerne da *virtù* como essa capacidade de se manter contra o acaso e as inconstâncias da Fortuna, em adição à sua característica peculiar de retroalimentar-se. A *virtù* se torna força expoente do homem contra as ações da deusa e portanto gera no homem o desejo de melhorar e manter-se sempre em vigia de sua *virtù*. Um bom governante e um bom povo não devem se tornar negligentes

14 SKINNER, pp. 40. 1988

15 SKINNER, pp. 65. 1988.

às mudanças das rédeas do destino e nem se contentar com a própria ignorância de sua *virtù*, pois nunca saberão se sua expertise está equilibrada as variações do acaso. Assim como a Fortuna muda como sua roda volátil do destino, assim deverá inclusive ser a *virtù* do príncipe.

Sendo sucinto, aquele que possuir a *virtù* é condenado por seu próprio desejo de conservar sua *virtù*. Não adianta para o estado e para sua regência que um príncipe possua uma *virtù* momentânea a uma variação do acaso. Nos *Discorsi*, como veremos melhor à frente, Maquiavel falará sobre a sucessão de príncipes bons e fracos¹⁶. Torna-se fraco todo príncipe que não conserva sua *virtù* e não está prontamente preparado para a Fortuna, pois assim as incontingências do acaso transformarão em fraqueza seu governo e este príncipe cairá sobre a arrogância de uma *virtù* previamente bem-sucedida. Pois a boa glória de um governante sobre um problema não pode ser garantia de boas glórias futuras, e desta forma este líder deve se manter sempre atento e regente de boas ferramentas e armas.

1.3. O *Discorsi*¹⁷: *Virtù* e a conservação da República – o desejo de liberdade.

Publicado como “Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio” postumamente em 1531, o *Discorsi* apresenta um formato diferente de “O príncipe”. Nesta obra, referenciando o historiador Tito Lívio, Maquiavel discorre sobre Roma como exemplo de uma boarepública. Para além, evidencia também os erros de Roma e o debate sobre a preferência entre ter um sistema político republicano ou liderado por um príncipe.

A carga filosófica e política nas páginas do *Discorsi* transcende estes exemplos e evidencia a capacidade Maquiaveliana de analisar o mundo político

16 *Discorsi*, 2024, pp. 106.

17 *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* (1531 originalmente), nome italiano original da obra “Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio”. Para melhor uso explicativo, conceitual e fonética ao leitor desta monografia, e considerando que o termo “Discorsi” já foi traduzido tanto como Discursos quanto Comentários no Brasil, utilizaremos o termo *Discorsi* para se referir aos textos presentes nesta obra de Maquiavel.

presente e criar hipóteses e métodos para um bom regimento político futuro. Neste trabalho, Maquiavel continua a utilizar a metodologia aqui citada anteriormente que vimos no príncipe. O autor se baseia essencialmente sua filosofia em exemplos históricos, em especial os exemplos das eras romanas, para criar uma boa *virtù* e catalogar ensinamentos sobre o passado. Em quase todos os capítulos, o autor florentino trará estas nuances do passado da república como ensinamento para os novos governantes e isto se encaixa na segunda vertente apresentada: aqui vemos novamente ensinamentos e um quase manual para um bom regimento político. O terceiro argumento que vimos no “O príncipe” se tratava de exemplos mitológicos, estes se repetem no *Discorsi* mas em menor escala. Entretanto, um maior detalhamento sobre o uso da religião dentro da política e como a religião contribui de ferramenta para a guerra¹⁸.

O que usufruiremos, principalmente do *Discorsi* nesta monografia são dois principais conceitos que são melhores aprofundados nessa obra: o *desejo* e a *liberdade*. Estes temas já apareceram subitamente em nossos argumentos, mas serão extremamente necessários para nossas próximas investigações. Logo devemos requerer um maior tempo em entendê-las.

Ao adentrarmos nesse trabalho, Maquiavel traz um conceito curioso, que mesmo intrínseco em “O príncipe” não é bem explorado. Estamos nos referindo ao conceito de “Natureza”. No “Livro Primeiro” o autor se refere: “Ainda que, devido à invejosa natureza dos homens, [...]” (DISCORSI. 2024, pp.45.) e mais à frente em seu texto dita que os homens são mais propensos ao mal do que o bem¹⁹. Maquiavel então traz uma nova vertente ao entendimento do homem: a sua natureza. E deixa evidente seu posicionamento de que a natureza do homem é inclinada ao mal²⁰ e ao

18 Por exemplo, Maquiavel escreve que: “[...] onde haja religião, facilmente se podem introduzir as armas, e onde haja armas e não religião, apenas com dificuldade se pode introduzir esta.” (DISCORSI. 2024, pp.85.). Evidenciando o uso da religião como importante veículo para a guerra e para a criação da milícia. E tendo o poder bélico importância para a manutenção de um governo, assim também deve se entender a importância da religião para facilitação desse veículo.

19 DISCORSI. 2024, pp.78.

20 Questões sobre o bem e o mal sejam estas éticas ou metafísicas não serão consideradas a discussão nesta monografia, sua análise não é pontual ao problema proposto e adentra outra discussão à natureza do homem maquiaveliano.

discorrer de sua obra acrescenta a malícia da natureza humana. O autor ainda escreve:

E porque a natureza dos homens é ambiciosa e suspeitosa, e não sabe impor limites a nenhuma da sua fortuna, é impossível que a suspeição que logo nasce no príncipe, após a vitória daquele seu capitão, não seja por este mesmo incrementada por algum meio ou termo seu empregado insolentemente. (DISCORSI. 2024, pp.121)

Maquiavel aqui discorre sobre a suspeição de um exército para com o príncipe e como este lidaria com este problema. Entretanto nos seja conveniente sua definição da natureza humana, ela é ambiciosa e suspeitosa. Deixando-nos sempre alertas sobre os outros que nos rodeiam e a desejar o poder. Entendemos aqui onde o desejo se encaixa no “O príncipe”, em toda sua obra o desejo de governar se apresenta no governante em sua própria natureza. Isto porque o desejo está atrelado ao humano. Mas a natureza de todos se encontra diferente a depender até mesmo da nossa casta política, afinal, haveria desordem se todos em um Estado desejassem com todo seu espírito a liderança. No “O príncipe”, vimos o desejo pelo poder e pela ambição de dominar, mas é no *Discorsi* que Maquiavel também lança luz sobre liberdade e sobre o desejo de ser dominado.

1.3.1 *Umori*: O desejo na natureza humana.

Maquiavel descreve uma natureza do homem e como ela possui em sua unidade uma inclinação para o mal. Desse sentido de *Natureza*, o indivíduo desenvolve seus *umori*, seus desejos e sua ambição. Esses desejos serão responsáveis por guiar parte das nossas ações individuais e coletivas, e pelos quais, poderemos enxergar o desejo coletivo de um grupo específico ou de um Estado. Isto é: o desejo irá se manifestar nas ações humanas e em consequência delas irá se apresentar como um desejo coletivo. Como exemplo simples podemos pensar em uma capital, na qual as pessoas possuem necessidades e ambições. Alimentação, prosperidade, liberdade são algumas dessas necessidades criadas pelo corpo e pelo

desejo, logo em uma análise maior podemos deferir que esta cidade tem desejos coletivos comuns que criam impulsos de novas necessidades. Por exemplo, da busca pela alimentação pode surgir a de conquistar mais terreno e mais povos para cultivo. Pela prosperidade aparecerá a investigação pela manutenção do que já se é próspero. Portanto, da liberdade individual, pode-se imbuir a necessidade por uma capital forte com leis e armas poderosas para se proteger da dominação externa.

Mas o que é o desejo tratado em Maquiavel? E por que este tema é importante para entender as reviravoltas nos campos políticos, na *virtù* do governante e na liberdade? Em “Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio”, o autor nos descreve um ponto fatural sobre o desejo. Ele está presente na natureza do homem. Sendo assim todos aqueles logo o possuem (de formas gradativas e políticas diferentes, mas todos o possuem). Maquiavel escreve:

O motivo disso é que a natureza criou os homens sendo capazes de desejar tudo mas não podendo obter tudo o que desejam, de modo que, sendo sempre maior o desejo que a possibilidade de obtê-lo, resulta disso a insatisfação daquele que possui e o seu pouco contentar-se com isso. [...] é tanta a ambição dos grandes que, se por várias vias e de várias maneiras, ela não for abatida em uma cidade, logo conduzirá tal cidade à ruína. (MAQUIAVEL, 2018. pp. 79 e pp. 82)

Por tanto, assim como a Fortuna é um agente imanente da própria natureza da existência das coisas, o desejo é imanente à natureza da existência humana. E desta maneira, o desejo aparece em todos aqueles que governam e devem governar. Mais além do que o desejo de governar, mas também o desejo se apresenta naqueles que possuem em seus humores a necessidade de serem dominados. Haveria desordem política se todos tivessem a ambição de governar, mas há um especial humor presente em todos: a liberdade. Ainda sobre a natureza do desejar, Ames escreve sobre a jornada incansável do homem pela conquista:

A compreensão da ideia maquiaveliana do devir histórico remete para algumas notas de sua compreensão de homem. Com efeito, por que os homens agem? Isto é, o que explica o fato de eles se moverem,

incansavelmente? Para Maquiavel, isto se explica porque o homem é um ser movido pelo desejo: [...] (AMES. 2004, p.110)

Posto isto, entramos em mais um dilema sobre as ações humanas: se antes poderíamos acreditar em um livre-arbítrio de nossos atos, agora perdemos a capacidade de crer nesse argumento concretamente. O desejo é e está presente nas nossas decisões e desta forma a *virtù* do indivíduo será influenciada por seus humores.

Maquiavel escreve sobre os tipos de desejos e nos lembra que há dentro de uma república duas formas de humores coletivos²¹: os humores do povo e os humores dos grandes. Os grandes são os nobres, governantes e poderosos que têm em sua ambição a urgência de dominar e de conservar seu poder. Por outro lado, o povo ambicionaria majoritariamente pela liberdade, por serem dominados e por sua segurança. Para além do desejo do povo de ser ou não dominado, existe na natureza do povo a esperança de uma liberdade, os ímpetos dos cidadãos pela não dominação cria um ímpeto maior pela necessidade do viver livre²². Ames (2009) fala dos desejos dos grandes e do povo para uma construção de uma fundação política. Vejamos:

Ao caracterizar o desejo dos grandes como um desejo de comandar e o do povo como de viver em liberdade, Maquiavel deixa claro que o que funda a relação política não se confunde nem com a regulação do desejo de poder (dos grandes), nem com a regulação do desejo de liberdade (do povo). O que funda a relação política é, pelo contrário, a diferença definitiva dos humores. (AMES. 2009, pp.184)

Isto significa que o desejo é imprescindível para a fundamentação de uma relação política. A diferença entre os humores dos grandes e os dos povos é a força motriz para definir a movimentação das ações políticas do Estado, como serão feitas as leis e como a *virtù* do povo e do governante se farão presentes. Para melhor

21 DISCORSI. 2024, pp.61.

22 DISCORSI. 2024, pp.63.

elucidação imaginemos uma situação em que exista um determinado número de pessoas em uma nova cidade. Será da natureza individual que alguns (poucos) desejem liderar e em determinado momento alguém será designado príncipe. Existem nessa cidade os seguintes cenários: 1) o príncipe deve por sua ambição aumentar sua *virtù* para lidar com a imprevisibilidade da Fortuna, mas, conseqüentemente, deve se manter alerta sobre os outros indivíduos que também têm por natureza a liderança e desejem seu poder; 2) os outros cidadãos se dividirão entre os que, por natureza, desejem sua dominação, os que têm em seu espírito a não dominação e os que desejam dominar e tomar o poder do príncipe regente; 3) mas há um terceiro cenário que acontece em todos os cidadãos do local, todos desejam viver livremente e com segurança. Logo, vemos que a liberdade se define como “virtude” primordial ao desejo humano e fundamental para a vida dos homens.

Maquiavel descreve os tipos da vida livre e como deve buscar por ela em um principado ou uma república no *Discorsi*. Entretanto, não importa se são ou não livres, todos os estados desejam no fim tornar-se livres ou continuar livres. Vejamos que os *umori* estão presentes em todo povo e em qualquer terra:

Reconhece-se facilmente, por quem considera as coisas presentes e as antigas, que em todas as cidades e em todos os povos há, e sempre houve, os mesmos desejos e os mesmos humores. De modo que é coisa fácil a quem examina com diligência as coisas passadas prever em qualquer república as futuras e administrar-lhes os remédios que tenham sido pelos antigos empregados, ou, não se encontrando quaisquer usados, pensar em novos a partir da semelhança dos acontecimentos. Mas porque estas considerações são negligenciadas ou não entendidas por quem lê, ou, se são entendidas não chegam a ser conhecidas por quem governa, segue-se que sempre se dão os mesmos escândalos em todo e qualquer tempo.
(MAQUIAVEL. 2024, pp.143)

Nesse parágrafo do *Discorsi*, temos a maior resposta acerca da interconexão entre *virtù*, desejo e fortuna e porquê de precisarmos compreender estes três conceitos para uma boa estabilidade política. Aqui, Maquiavel ainda nos relembra

diversas vezes a necessidade (está sendo uma exigência de que nunca devemos nos esgueirar ou escapar dela) de conhecer o passado e suas histórias políticas para a construção de uma boa *virtù*. Pois, desde os princípios dos tempos e assim será no fim das eras, todos os governos e todos os regentes possuem e possuirão os mesmos desejos e ambições individuais e coletivas. E por esses mesmos desejos serão levados à ruína, se assim não souberem comandar seus desejos, conhecer a Fortuna e possuir uma boa *virtù*. Assim sendo, sábio é aquele príncipe que não tenta pela moral ou pelo medo esconder sua ambição e sua urgência pelo poder. Mas sim, compreender seus desejos e com a sabedoria do passado sabe driblar as imprevisibilidades da Fortuna e utilizar os exemplos passados como chave de contorná-la.

Ames descreverá o desejo como o impulso da natureza humana pelo qual o homem é movido e “determinado, fundamentalmente, pelo dinamismo da necessidade natural do desejo que o impulsiona incansavelmente e sem qualquer controle interno.”. (2009, pp. 181). Como vimos antes, Ames entende o desejo como um agente motriz para movimentar as ações do homem. Desta forma, compreendemos que não podemos negar os *umori* e nem tentar fugir de nossa natureza. No que diz respeito à Fortuna e sua correlação com a natureza dos homens de desejar, Maquiavel escreve que:

Como, além disso, os apetites humanos são insaciáveis porquanto, tendo pela natureza de poder e querer desejar qualquer coisa e pela fortuna de poder conseguir poucas, daí resulta continuamente um pobre contentamento nas mentes humanas e um aborrecimento com as coisas que se possuem; o que faz censurar os tempos presentes, louvar os passados e desejar os futuros, mesmo que a fazer isto não sejam movidos por nenhuma causa razoável. (MAQUIAVEL. 2024, pp.191)

Maquiavel argumenta nessa introdução alguns pontos que devemos evidenciar: primeiro, o desejo rege definitivamente nossos movimentos e nossas vontades; segundo, cabe à Fortuna, acima de outros impedimentos possíveis, controlar o que podemos obter ou não desses desejos; terceiro, a Fortuna além de um agente superior e controlador da realidade das probabilidades e

imprevisibilidades, também se torna o causador e controlador do estoque material e imaterial das conquistas dos homens. O autor, inclusive, evidencia a *virtù* e o conhecimento sobre o passado como pontos fatuais para um bom regimento político. Outrossim no final dessa estrofe, Ames escreve mais um ponto interessante a ser considerado ao dizer que “[...] que o impulsiona incansavelmente e sem qualquer controle interno.”²³. O comentador deixa implícito que o desejo funciona como um incapacitador da razão, a força motriz das nossas ações. Por vezes, os desejos devastam a nossa razão dominadora, de tal forma, nossa *virtù* pode falhar e nos levar a ruína.

1.3.2 A compreensão da Liberdade e porque devemos a ela desejar possuir.

Seremos breves nesta seção acerca da Liberdade no *Discorsi*, tendo visto que já falamos continuamente sobre seu conceito na seção anterior e à frente discutiremos ainda mais o tema. Entretanto, o conceito do “estar” livre e a liberdade são bastante trabalhados nesta obra, sendo importante para entendermos a visão política do autor florentino. De antemão já utilizamos o termo “estar” e não “ser”, pois, percebe-se na leitura do *Discorsi* que a liberdade não é intrínseca ao homem e segura das ações políticas alheias nem da Fortuna. Sendo assim devemos pensar o “estar” livre, seja do cidadão ou do Estado, como um preceito que deve ser conquistado e sempre vigiado para não perdermos tal conquista.

O que queremos evidenciar com esta diferença entre “estar” e “ser” é o contínuo desejo dos homens pela liberdade que não pode ser totalmente alcançada e possui uma garantia de permanência. O sentimento de “ser” livre entretanto deve sempre ser buscado pelo povo e pelo seu príncipe, mesmo que exista apenas uma liberdade quase efêmera fantasiada de um sentimento de poder duradouro de suas ações.

Nessa obra, há diversos capítulos que citam estados livres e estados que eram livres e perderam sua liberdade, exemplo disso ocorre no capítulo “Quão

²³ Afirma AMES (2009, pp. 181) parafraseando Maquiavel sobre os desejos (*Discorsi*, 2024, Livro Segundo, Proêmio, pp. 188-192).

necessárias são as acusações numa república para mantê-la em liberdade²⁴” em que Maquiavel discorre sobre “a guarda da sua liberdade” pelos cidadãos e como os humores afetam o crescimento da cidade. No capítulo dezesseis intitulado “Um povo, habituado a viver sob um príncipe, que por qualquer acontecimento se torna livre, mantém a liberdade com dificuldade”, novamente o filósofo reitera os conflitos em manter-se em um “estar” livre (principalmente em um principado novo para um estado que recém perdeu sua liberdade), e argumenta sobre o desejo de liberdade:

Querendo, portanto, um príncipe angariar para si um povo que lhe fosse inimigo falando daqueles príncipes que se tenham tornado tiranos de sua pátria, digo que ele deve examinar primeiro o que o povo deseja, e descobrirá sempre que deseja duas coisas: uma, a de se vingar daqueles que são causa de estar em servidão; a outra a de reaver sua liberdade. O primeiro desejo, o príncipe pode satisfazer totalmente, o segundo parcialmente. [...] Mas quanto ao outro desejo popular, o de reaver a sua liberdade, não podendo o príncipe satisfazê-lo, deve examinar quais são as razões que o fazem desejar ser livre; e descobrirá que uma pequena parte deles deseja ser livre para comandar, mas todos os outros, que são inúmeros, desejam a liberdade para viverem em segurança. (MAQUIAVEL. 2024, pp. 98-99)

Tais afirmações nos concedem alguns apontamentos relevantes sobre a liberdade maquiaveliana. Vemos então que um Estado livre pode perder sua liberdade (e muito disso devido à má *virtù* de seus governantes e de seu povo), e que a liberdade é novamente reiterada como uma necessidade humana aprofundada pelos nossos desejos. Também compreendemos que a população majoritariamente terá preferência por ser dominada ao invés de dominar e estará “feliz” e satisfeita com a regência de um governante, desde que sua segurança e seu desejo pela liberdade sejam assim mantidos. e defendidos.

Importante também salientarmos a dificuldade que um príncipe terá de reestruturar o sentimento de segurança e de “ser” livre de um povo recém-conquistado. Esse sentimento será de mais fácil alcance nas regências em que o

24 DISCORSI. 2024, pp. 71.

povo nunca perdeu essa virtude. Assim, Maquiavel também evidencia a tirania de um regente, como um grande inimigo para o alcance desse bem coletivo e como um tirano sempre atuará contra a segurança e contra a conservação da liberdade de seus servos. A liberdade pode ser conquistada e conservada seja em um principado ou em uma república, mas nunca prosperará diante de uma tirania. Vejamos o que escreve Maquiavel ao falar sobre “estar” livre:

E é fácil perceber donde nasce nos povos esta afeição pelo viver livre, porquanto se vê por experiência como as cidades jamais aumentaram, nem o seu domínio nem as suas riquezas, a não ser quando estavam em liberdade. E é, na verdade, coisa admirável considerar quanta grandeza atingiu Atenas no prazo de cem anos, após se libertar da tirania de Pisístrato. (MAQUIAVEL. 2024, pp. 197)

Ou seja, perdemos a liberdade quando um tirano se apresenta em poder das nossas leis, e quando que a tirania domina nosso estado. Sendo assim, perde-se o status de “estar” livre no mesmo tempo em que um tirano conquista e domina aquele que protegeu nossa segurança e nosso desejo pela nossa libertação. Para além disso, torna-se evidente em Maquiavel como um povo necessita de sua liberdade, e como apenas pelo desejo de “ser” livre podem alcançar a máxima experiência política. Ainda assim, é necessário lembrarmos que, para Maquiavel, em face ao governo tirano, boa parte da população deseja ser dominado e que em face a um provedor de liberdade extrema, existe uma anarquia do povo. Ames dirá que conceder ao povo uma liberdade absoluta realizando seu desejo completo por liberdade acarretará uma “anarquia plena” que, por consequência “assim, abre caminho à tirania”²⁵, isto pois necessitará de um príncipe tirano para pôr em ordem o estado e controlar o desejo de liberdade de seu povo.

Desta forma, é fundamental a qualquer governante seguir tais virtudes ao se pensar sobre a liberdade de seu povo: deve-se presar pelo desejo de liberdade de seus cidadãos e sempre buscar pela sua conservação para que assim o povo não se volte contra sua regência. Ademais é preciso atentar-se a sua *virtù* para que nem

25 AMES. 2009, pp. 189.

a Fortuna e nem outros governantes ou membros de sua terra tentem conquistar e dominar seu governo. Um príncipe que não respeita o desejo pela segurança e pelo “ser” livre de seus servos se tornará um tirano, trazendo desordem e ruína ao seu governo. Por fim, o desejo de liberdade dos homens não pode ser totalmente agraciado ou se transformará em uma liberdade absoluta, uma forma de anarquia e abrirá portas para uma tirania futura.

CAPÍTULO II – A FORTUNA E DESEJO PELA LIBERDADE

2.1. O conceito de Fortuna e sua imprevisibilidade.

Inferimos como a Fortuna se apresenta na vida dos homens e como a *virtù* é importante para o controle prévio das ações do acaso, mas agora entraremos em uma nova discussão. Se a Fortuna controla o acaso e a imprevisibilidade, não seria, então detentora do destino das coisas terrenas? Alguns poderiam entender a Fortuna então como uma forma de determinismo nas obras de Maquiavel, mas isso nos levaria a armadilhas conceituais. Afinal durante “O príncipe” e o *Discorsi* a liberdade aparece como temas a ser conquistado pelo povo e pela república. Então, veremos como a liberdade e a Fortuna se apresentam como ícones nas obras maquiavelianas, suas ações e sua regência sobre os homens.

Para transcorrer sobre nosso objetivo, retornemos conceito de Fortuna. Podemos entender sua estrutura em Maquiavel como uma causa imprevisível que atua sobre todas as coisas²⁶. Atuando sobre tudo e todas as coisas, os animais, a natureza, as estrelas, ela atua também diretamente na vida dos seres humanos. A Fortuna então está presente desde o momento que alguém é gerado até sua morte e impacta de forma caótica na vida geral do Estado. Ao pensar nas imprevisibilidades e suas práticas ao corpo político, Newton Bignotto escreve: “Tanto a necessidade como a fortuna representavam o elemento irracional que existe em todos os domínios da vida” (BIGNOTTO, pp. 71. 2015). Atribui-se uma característica natural da Fortuna sobre a vida dos homens, a contingência da deusa é comparada às necessidades humanas e logo as suas disposições de *umori*, assim como os desejos e as necessidades humanas. A Fortuna mesmo sendo um agente externo ao corpo, torna-se um traço da humanidade.

A Fortuna é, não só a representação de uma deusa ou de uma contingência,

26 A percepção da Fortuna como agente atuante de todas as coisas, deriva essencialmente de passagens de “O príncipe” como ao comparar a Fortuna dos homens com rios e enchentes (pp. 131, 2021), das obras poéticas do autor em que em Dell’Occasione há versos sobre a ilusão da fortuna sobre todos os homens (ARANOVICH, pp. 247, 2011) e atribui a Fortuna a queda e o levante do império romano (pp. 243. 2011). Assim como o entendimento da deusa da Fortuna como arquétipo controlador dos destinos.

mas a própria contingência existente. A imprevisibilidade atuante sobre todas as coisas e todos os homens. Maquiavel sabiamente utiliza da deusa e da religião como símbolos e ferramentas condicionantes de sua tese. Newton Bignotto²⁷ em **Maquiavel Republicano**, destrincha como o lado irracional das crenças religiosas funciona como uma nova forma de filosofia e de entendimento da política, e os florentinos já utilizavam bastante da religião dentro da política como motor de sua região e seu governo. A Fortuna como deusa para Maquiavel, seja nas suas obras políticas ou em seus poemas é, em essência o caos e uma “entidade” *metafísica* da contingência na ação política. Maquiavel estava bem à frente de seu período moderno e pioneiro em tratar da Fortuna não só como algo divino, mas também como exemplo das contingências políticas dos homens. Materializando a graça da deusa para a vida mundana dos indivíduos e seu ato de governo.

Retornando o entendimento de *Virtù*, podemos entendê-la como uma preparação do príncipe para as impossibilidades da Fortuna. Sendo a Fortuna algo caótico e imprevisível, não há maneiras mundanas para saber suas ações e quando elas se manifestarão. Porém, Maquiavel argumenta que possibilidade do indivíduo se elaborar e criar planos de contingência para eventuais variações da Fortuna na vida dos homens, do principado e do Estado permanece preservada. Tais preparações de *Virtù* podem se dar devido a experiências empíricas e conhecimentos históricos de ações da Fortuna. Em “O príncipe”, Maquiavel (2021, pp. 96-97) traz exemplos de governantes como Aquiles, César, Alexandre o Grande, entre outros para servir de lição para a preparação de um príncipe:

Um príncipe sábio deve observar tais exemplos e nunca manter-se ocioso nos tempos de paz, mas aproveitar-se deles com engenho para poder agir melhor na adversidade; de modo que, quando a fortuna mudar, ele esteja preparado para resistir a ela. (MAQUIAVEL, 2021, pp. 97)

É impossível estudar a Fortuna em Maquiavel sem abordar a virtude do príncipe. Neste sentido, podemos destacar dois trechos essenciais do ensaio de Skinner (1988) para um entendimento amplo da *virtù* em relação à Fortuna e ao

27 Maquiavel Republicano, 2015, pp 71-74

principado:

Maquiavel insiste em que “não deveriam culpar a Fortuna” por sua desgraça, porque “ela só mostra seu poder” quando homens de *virtù* “*não se preparam para resistir-lhe*”. (SKINNER, pp. 59)

Ele endossa a ideia convencional de que *virtù* é o nome dado aquele conjunto de qualidades que permitem a um príncipe aliar-se com a Fortuna e conseguir honra, glória e fama. (SKINNER, pp. 65)

Nos comentários de Skinner, percebemos como Maquiavel reforça a *virtù* como possível saída para fugir do caos criado pela Fortuna, e que seria possível utilizar da Fortuna para alcançar novos feitos. Porém, parece-nos que a Fortuna possa ser controlada pela *virtù* e até ser trespassada por ela como uma força que possui uma fraqueza básica: a preparação. No entanto, não é isso que acontece ao nos aprofundarmos nos pensamentos de Maquiavel acerca da Fortuna. Podemos entender que mesmo o príncipe mais preparado pela virtude ainda está sujeito à contingência e suas casualidades. Em uma passagem curta já ao fim de “O príncipe”, no capítulo XXV – Em que medida a fortuna controla as coisas humanas e como se pode resistir a ela, é dito: “ [...] o príncipe que se apoia inteiro na fortuna se arruína tão logo ela varia.” (MAQUIAVEL, pp. 132, 2021). Essa passagem nos concede compreender o porquê do surgimento de um tema metafísico em um tratado sobre política. Mesmo que vejamos a Fortuna como uma descrição metafísica de uma dimensão à qual está sujeita a ação humana, Maquiavel a utiliza como recurso de ensinamento político sobre as imprevisibilidades dentro do principado. Ainda sobre a citação de seu tratado, pode-se fazer uma comparação entre ela e um de seus versos poéticos de “Di Fortuna”: “Ela tem freqüentemente os bons sob seus pés,/ enquanto ergue os ímprobos; e se alguma vez te promete/ alguma coisa, jamais mantém a promessa”. (MAQUIAVEL, 1971, tradução por Aranovich, 2011, pp.235).²⁸

28 Costei spesso gli buon sotto i piè tiene,/ gl'improbi innalza; e se mai ti promette/ cosa veruna, mai te la mantiene. (MAQUIAVEL, 1971)

Relacionando a passagem acima do “O príncipe” com uma parte do poema de Maquiavel “Di Fortuna”, percebemos o chamado para a imprevisibilidade da Fortuna contra o pensamento humano sobressair-se à deusa, tentar domá-la. Maquiavel garante em seus poemas e tratado ser impossível se garantir apenas pela Fortuna e mais perigoso ainda é o principado que se segura na roda imprevisível da deusa. A Fortuna funciona quase como um pensamento de punição, entendido como um cuidado e manutenção da *virtù* como contenção da imprevisibilidade das ações. Além do mais, estamos falando de um autor com referências metafísicas e religiosas ao pensar a Fortuna. O que nos interessa no momento é entender que para Maquiavel, a Fortuna atua sem descanso, em toda historiografia do homem, está presente em todas as coisas e é incontrolável. Sendo assim é obrigação do principado saber montar planos e ideias para contornar e “domar” a Fortuna quando assim for necessário. Também é verdadeiramente sábio o principado que não se deixa apenas à espera da mudança da roda da Fortuna. Pois assim como a deusa tem poder para ajudar o reino do principado e ajudá-lo a chegar ao poder, essa também tem capacidade de fazer ruir todas as suas fundações e mudar completamente os ventos que regem o seu reino.

2.2. A liberdade em Maquiavel: Liberdade e a imprevisibilidade da ação.

Dado o poder da imprevisibilidade da Fortuna nas ações humanas, como poderia o homem ser livre, se está constantemente preso às mudanças da Fortuna? Discorreremos sobre a Fortuna e a liberdade atuando em conjunto e sobre suas controvérsias na vida humana. Veremos as intermitências da deusa contingente dentro da liberdade do povo e do governador e como separar estes dois conceitos no poder dos indivíduos. E mais ainda, como a liberdade e a imprevisibilidade atuam simultaneamente juntas e separadas, e como o conceito de liberdade se estende em Maquiavel a uma “*metafísica*” das ações e da vivência do povo.

Falar de liberdade como conceito existente a todos os corpos tende a cair em aporias conceituais, utilizaremos liberdade como tratado por dois comentadores maquiavelianos (José Luiz Ames e Newton Bignotto) ao analisar as obras maquiavelianas. Ames discorre sobre a liberdade nas obras de Maquiavel como:

Quando Maquiavel fala da liberdade está se referindo à liberdade do Estado ou dos indivíduos? As interpretações divergem. Gennaro Sasso insiste no fato de que o sujeito e protagonista da liberdade, para Maquiavel, é sobretudo o Estado: “Aquilo que enfim conta, para Maquiavel, não é que os cidadãos sejam ‘livres’, mas que o estado seja efetivamente ‘senhor’ de seu conteúdo, político e social, e, para isso, dure. Ou se preferirem: para que o estado seja senhor de seu conteúdo, e para isso dure, — por isto, e neste sentido, os cidadãos devem ser livres [...]. (AMES, 2009, pp. 185.)

Ames trata da liberdade para Maquiavel então como duas nuances, uma possibilidade de ações dos indivíduos com seus corpos e seus caminhos, mas também do próprio Estado em liderar seu poder político. Contribuindo para um pensamento do comentador Skinner, Ames colabora que: “[...] a liberdade teorizada por Maquiavel pode ser considerada uma forma de “liberdade negativa” unida firmemente à liberdade individual e à liberdade coletiva”²⁹. Assim, entende-se que a liberdade atua tanto individualmente como no coletivo do Estado, encontramos então dois problemas: como a Fortuna atua sobre o individual e sobre o coletivo.

Sobre a liberdade coletiva, Bignotto afirma: “A liberdade é, portanto, a chave para a compreensão das vitórias de uma cidade, mas também a causa da fraqueza daquelas que não a possuem.” (BIGNOTTO, 2015, pp. 70). Demonstrando a preocupação e a necessidade de um príncipe de apresentar ações e escolhas livres a seu povo para a garantia e a manutenção de seu poder. Uma república deve ter a capacidade de conduzir seu povo sobre as adversidades da Fortuna e saber contornar os problemas que surjam da imprevisibilidade das coisas. Sobre Roma, o comentador pontua: “[...] Aprendemos que Roma deve ser considerada modelo não porque tenha sido uma fundação perfeita, mas, ao contrário, porque foi capaz de operar transformações que abemos extremamente difíceis de serem levadas a bom termo” (BIGNOTTO, pp. 82. 2015). A república não precisa nascer livre, mas tornar-se livre e ter ela uma *virtú* coletiva para ser exemplo de suas grandiosidades e sua honra como república.

Quanto a liberdade dos homens, precisamos entendê-la a partir do desejo,

29 Ibidem, 185.

uma ferramenta ativa das suas ações e das consequências de seus humores enquanto Fortuna. E, portanto, as ações e suas consequências podem comprometer a *virtù* do governante ou dos cidadãos. Ou seja, os desejos de governar e os de serem livres entrarão em conflitos com a *virtù* do povo. Sendo assim, é da natureza dos membros de um principado desejar a sua liberdade e, mesmo que não nasçam livres, devem se espelhar em cidades bem construídas e nascidas de homens livres, e por conseguinte, de uma boa *virtù* do povoado.³⁰ Maquiavel afirma o problema do desejo de governar em Rômulo se dá por construir uma república pensando apenas nas boas leis e um reino bem-sucedido, sem pensar na liberdade de seus súditos. Consequentemente “[...] quando a cidade se tornou livre, faltavam-lhe muitas coisas que seria necessário ordenar a favor da liberdade, as quais não tinham sido ordenadas por aqueles reis” (MAQUIAVEL. 2024, pp. 59). De tal forma que, um bom líder deve além de pensar em sua própria *virtù* e seus desejos, também deve estar atento aos *umoris* de seus liderados.

2.2.1 Como a liberdade e a Fortuna funcionam juntas.

A liberdade e a Fortuna existem de forma simultânea, mas agindo de formas diferentes e coexistindo sobre as ações humanas. Entretanto, embora a Fortuna não dependa da liberdade em qualquer instância, esta atua de forma dominadora sobre as entidades da probabilidade, podendo domar em certo grau a nossa liberdade.

A Fortuna não tem existência indiretamente proporcional a liberdade e nem atua contrária a ela, porém similarmente não é diretamente proporcional a ela, sendo assim ambas coexistem. O que afirmamos é: A Fortuna e a liberdade não são fatores que se excluem, a liberdade das ações humanas não interfere nas ações determinadas pela Fortuna. Ao mesmo tempo em que, a liberdade de alguém não interfere na existência da contingência. Nesse sentido, a Fortuna como agente da contingência na vida e nas ações humanas afeta, mas não invalida nem descredibiliza a liberdade. A liberdade não existe de forma contrária à Fortuna ou também seu contrário equivalente, a existência de um conceito não invalidada para Maquiavel a não concepção do outro, ambos coabitam de forma quase conjunta na

30 *Discorsi*. 2024, pp.48-49.

existência individual.

Entretanto a liberdade pode ser subjugada pela ação da Fortuna, ou seja, a imprevisibilidade das coisas e as ações da Fortuna podem interferir nas decisões humanas e nas causas de suas ações. Em um exemplo expositivo, ao imaginar alguém que resolve colher frutas em tal manhã, sua liberdade permite-lhe decidir esta ação, mas a Fortuna pode agir de formas diferentes ao permitir ou não que isto aconteça: as árvores podem ter sido cortadas, ele pode sofrer um acidente no caminho, as frutas poderiam ter sido colhidas por alguém antes, entre outras probabilidades da Fortuna que impediriam a ação desse homem.

Podemos pensar que, m até certo grau, a Fortuna é dominante em nossa liberdade. Lembremos do primeiro capítulo de “O príncipe”, no capítulo intitulado Quais os gêneros de principado e por que meios são conquistados³¹. Nessa página podemos entender que a Fortuna é responsável por designar em que família, localidade terrestre, classe social e em que outros atributos e instituições sociais seremos recebidos (pela nossa família em primeira mão) quando nascemos. Dessarte, a Fortuna designa pelo menos uma parte de nós em que não somos livres: nosso nascimento e o terreno em que ele ocorre. Inferimos que a Fortuna controla em certo momento nossa liberdade, mas o que nos garante que ela não nos controla por completo. Maquiavel fala sobre a liberdade em “O príncipe”, quando diz que:

Entretanto, para que nosso livre-arbítrio não se anule, penso que se pode afirmar que a fortuna decide sobre metade de nossas ações, mas deixa a nosso governo a outra metade, ou quase.

(MAQUIAVEL, pp. 131, 2021)

Ou seja, para Maquiavel, a Fortuna não controla totalmente a liberdade dos homens, mas no máximo a metade de nossas ações. Mesmo que tenhamos em nossa liberdade planos que consideremos infalíveis, esses planos e decisões afetarão a liberdade de outros indivíduos, ações estas que podem se encontrar

31 MAQUIAVEL, 2021. pp. 47

contra ou a favor de nosso controle afetando nosso senso comum de liberdade. A Fortuna funcionará como caminho que guia nossas decisões e nos faz tomar ações e atitudes não pensadas antes, que precisarão ser conduzidas e concretizadas a partir de nossa *virtù*. Tomamos disso a conclusão de que a liberdade de fato existe e não é totalmente controlada pela Fortuna, entretanto também não é uma força totalmente livre de impedimentos. A liberdade então se encontra em um estado de curta submissão à Fortuna, tentando se soltar dessa submissão e tomar controle quando o indivíduo tem sagacidade em sua *virtù* e consegue controlar a Fortuna e se tornar livre por determinado momento, mas, ainda assim, voltasse a esse estado de quase submissão. Pensemos em uma sociedade política em que por acaso a liberdade de todos não estivesse amarrada às imprevisibilidades da Fortuna. Se pensarmos nesse modelo de principados e governos em que o ser político não teme a Fortuna, teremos uma humanidade em que a *virtù* individual não é trabalhada, ou sequer existe. Em tal hipótese há ainda a possibilidade de um conflito de liberdades e interesses maior, em que a capacidade de liberdade de todos os indivíduos iriam se sobrepor às outras e ocasionar em uma superlotação de desejos e ações. Surgiria dessa soma, uma nova “Fortuna”, uma nova força contingente das reações e causas da liberdade do todo, a contingência e a imprevisibilidade ainda atuaria sobre essas liberdades e ações. Por fim devemos compreender essa duplicidade e complexo de dominação entre a liberdade do indivíduo e as amarras da Fortuna. Trazendo as palavras de Bignotto, na obra *Maquiavel Republicano*:

[...] podemos dizer que a liberdade que é da propensão ao conflito que nasce a possibilidade da liberdade. A liberdade é portanto, o resultado dos conflitos, uma solução possível de uma luta que não pode ser extinta por nenhuma criação humana.

(BIGNOTTO, 2015, pp. 96.)

Ou seja, o livre-arbítrio existe no entendimento maquiavélico. Mais ainda, sua existência é responsável pelo desenvolvimento da *virtù*, em que Maquiavel caracteriza os prêmios de utilizar sabiamente a *virtù* para vencer a Fortuna como:

potência, honra, riqueza e saúde³². Assim a liberdade seria ainda mais uma forma de recompensa vinda da capacidade do indivíduo de combater a Fortuna. Entretanto, como Bignotto afirma, é uma luta que não tem fim por criações terrenas, afinal, a Fortuna está sempre girando suas rodas, e nisto.

Relembremos, a partir de Ames³³, o sentido de liberdade em Maquiavel. Liberdade é para nosso entendimento tanto o poder sem amarras do Governo sobre suas leis e seu Estado, quanto o poder dos homens sobre suas ações.

Se levarmos de forma literal as palavras de Maquiavel ao dizer que a deusa controla apenas metade de nossas ações³⁴, chegaríamos a uma resposta “crua” a nossa problemática, metade de nossas ações seria controlada pela Fortuna e outra metade pela nossa Liberdade. Entretanto há ainda um terceiro fator sobre nossas escolhas: o desejo. Logo não é possível ditar em que momento cada agente nos comanda e se somos mesmos ilimitados de controles exteriores e interiores a nós. Não podemos restringir nosso debate há um justo cálculo de possibilidades de movimentações, apenas é pautável evidenciar tais argumentos da leitura maquiaveliana:

- (1) Os desejos vindos da natureza dos indivíduos e suas ganâncias e humores manejam controle das ações e dos pensamentos tanto do cidadão quanto do príncipe e desta forma não é possível determinar quando uma escolha é totalmente nossa ou se esta sofre influência de nossas necessidades e humores.
- (2) Existe um livre-arbítrio dos cidadãos para serem capazes de ao menos desejar a liberdade e esta atua também sobre nossos atos e trabalhos, mas não opera sozinho. Além de se transformar junto a vontade do príncipe para uma autossuficiência, *virtù* e liberdade do Estado.
- (3) A Fortuna existe em um âmbito “divino” no caos da humanidade, sendo uma força tanto política como também para além das capacidades políticas de um indivíduo. Política pois, a Fortuna age nas decisões dos indivíduos e

32 ARANOVICH, pp. 239. 2011.

33 AMES, pp. 185. 2009.

34 (MAQUIAVEL, pp. 131, 2021).

do Príncipe e logo em suas consequências e causalidades. Mas também fora do controle humano, visto que, está além do manuseio terreno dos indivíduos e trabalha em um campo contingencial aos desejos do príncipe.

CAPÍTULO III – DA DIVINDADE NA TERRA ATÉ A INDEPENDÊNCIA NO ETÉREO.

3.1. A Fortuna e a moralidade

A Fortuna também se atrela à moralidade e como uma questão ética é estabelecida nas obras de Maquiavel. Isso porque a moralidade e a Fortuna juntos contribuirão para construir essa nova camada do estudo maquiaveliano. Aqui a religião e a moral se encontram para reestruturar as regras morais de um governante, para no fim reivindicar esta religião e estabelecê-la como arma da moral e da política.

Ao escrever sobre Maquiavel em **Clássicos da Política**, Sadek inicia seu primeiro parágrafo trazendo seu perfil de desmitificadora da “imoralidade” do pensamento maquiaveliano, ao nos trazer uma contrapartida para o pensamento de que os textos de Maquiavel são mesmos “imorais” e/ou “amorais”. Pensamento importante este, pois há interpretações distintas da moral em sua obra. Podem pensar em uma “amoralidade” maquiaveliana, ou seja, de que não existe ética ou moral nos textos e na política de Maquiavel. Contudo há um viés de conduta na qual há uma diferente moralidade apresentada em seus textos, isto é, as disposições e regras éticas e morais trazidas por Maquiavel apenas fogem e trespassam da moralidade cristã pertencente à sua localidade e ética. Sadek³⁵ explana um ponto não deontológico da obra maquiaveliana, o principado não é mantido em regras do “dever” moral e político, mas manter-se em posições e possuir *virtù* é o trabalho do governante para sua conservação de poder, e para isto então Maquiavel utiliza de seus exemplos históricos como parâmetro para alcançar sua finalidade política.

Se pensamos na Fortuna como essa agente cruel da natureza, imprevisível e caótica, podemos cair em armadilhas de acreditar que a Fortuna então funcionaria como um tipo de “azar” ou que teria caráter de proporcionar a injustiça dos povos. Entretanto, a Fortuna não tem uma propriedade ética ou moral, mas age de forma totalmente imprevisível com todos os seres, sem definição moral, como diria Aranovich, ao analisar os textos e poemas de Maquiavel:

35 SADEK. 2001, pp. 17.

A ação da Fortuna eleva injustos, indignos e maus e oprime os justos, dignos e bons; além disso, ela não mantém as promessas, pois é caprichosa. Entretanto, o que parece ser injustiça é apenas a inconstância da Fortuna; o que ocorre é que, sendo ela destituída de “piedade, lei ou razão”, sua ação não é dirigida moralmente.

(ARANOVICH, pp. 223. 2011)

Visando os argumentos “morais”, vistos anteriormente nesta monografia, para o principado, Maquiavel não estava de total espírito pensando em uma educação moral e ética para os príncipes, pois a própria Fortuna não segue esse ideal. Entretanto, não por uma idealização do autor, a Fortuna seja ela representada pelos povos antigos como divindade, seja pensada como uma causa da natureza *metafísica*, sempre foi caracterizada por atuar de forma impessoal e imoral.³⁶

A Fortuna age de forma livre de pensamentos e concepções morais, já que como algo além do poder de controle humano, não poderia se prender a criações individuais sobre a ética e ao entendimento dos indivíduos sobre temas como bem ou mal. Ainda a partir da interpretação de Aranovich com as obras de Maquiavel, trazemos o argumento do poema *Di Fortuna*:

A imagem da “Sorte” e do “Acaso”, cegos e surdos, sobre as portas do palácio, demonstraria a neutralidade da Fortuna em relação àqueles que entram em seu Reino, [...], a Fortuna não é necessariamente injusta, mas indiferente. (ARANOVICH, pp. 225. 2011)

Sendo assim, ditamos a impossibilidade de se pensar a Fortuna como um agente cruel e maliciosa aos homens. Não devemos utilizar de argumentos morais cristãos e anacrônicos para caracterizar a Fortuna como uma causa injustiça da moralidade humana e determinar uma amoralidade nos textos de Maquiavel. Isso porque, na concepção maquiaveliana, tanto em seu tratado “O príncipe” quanto em seus dois poemas, Maquiavel trata a Fortuna como uma “agente” inerente aos

36 No sentido de não seguir regras morais terrenas.

conceitos morais e éticos e sua força nos indivíduos e outrem não se poderia caracterizar por vieses moralistas.

Se pensarmos na moralidade humana como conceitos, concepções, cânones e regras gerais criadas e manuseadas pelos indivíduos humanos quanto à sociedade (e se atribui a cada cultura de forma peculiar e pessoal daquele povo), determinamos teses como moralidade, honra, virtude e conceitos de uma vivência do povo para com o povo. E estando, por fim, a Fortuna fora das regras humanas e que não podendo ser domada, logo também não pode ser carregada pelas moralidades criadas por estes.

Já no primeiro capítulo de “O príncipe”, no capítulo intitulado Quais os gêneros de principado e porque meios são conquistados, Maquiavel afirma no início do primeiro parágrafo:

Todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens foram e são repúblicas ou principados. E os principados são: hereditários, nos quais o sangue de seu senhor tenha reinado por longo tempo, ou novos. E, entre os novos, ou são novos de todo, como foi o de Francesco Sforza em Milão, ou são constituídos de membros agregados ao Estado hereditário do príncipe que os conquista, como é o reino de Nápoles submetido ao rei da Espanha. Assim são ordenados tais domínios, uns habituados a viver sob um príncipe, outros acostumados a serem livres; e eles são conquistados ou por armas alheias ou por armas próprias, ou por fortuna ou por virtude. (MAQUIAVEL. 2021, pp. 47)

O que podemos pensar já nesse parágrafo quanto à moral é que a Fortuna atua desde o momento em que nascemos e estamos no mundo. A Fortuna nos designa em que família nascemos, em que país, principado, república teremos nossos primeiros anos de vida e como nossa vida se ergue sobre a política daquela sociedade e seus costumes morais. Entretanto não podemos julgar porque nascemos em tais características enquanto outrem nasce com poderes distintos, pois a Fortuna atua sempre de forma não moral e sem distinção ética sobre os humanos. Como vimos então, a Fortuna segue suas próprias regras e não deve ser entendida como algo domável pelas subjetividades humanas de moralidade e ética e

muito menos julgada como uma agente negativa e de total “subversão” contra a humanidade subjetiva. A Fortuna não diz respeito ao tema da ética e moral filosófica e humana, não se prendendo a tais lógicas de pensamento.

Acontece nestes casos que a moralidade e a ética criam regras a serem mantidas para manutenção dessa moral. O indivíduo deve sempre seguir tais regras para se manter nas corretas linhas das leis criadas por seus semelhantes, desta forma chegamos ao porquê da moral ser importante para nossa discussão. No *Discorsi*, Maquiavel pontua que: “Porque, tendo uma cidade que vive livre dois fins, um, o de conquistar, o outro, o de manter-se livre, convém que tanto numa coisa quanto na outra erre por demasiado amor.” (MAQUIAVEL, 2024, pp. 122), com a preocupação do controle da cidade e da liberdade de continuar-se livre por seu desejo, as regras éticas podem influenciar negativamente na sua liberdade. Pois estas criam conceitos e amarras em suas ações, o pudor e as virtudes do homem estão totalmente conectadas à sua política, o príncipe e seu povo devem desejar essencialmente a liberdade e o poder acima de uma moralidade. Pois, mesmo que o governante deva parecer fiel à religião³⁷ e temeroso de uma lei divina, este deve apenas parecer ao público seguir as leis morais da religião. Além de, mesmo que pareça ao seu público não necessitar de controles violentos e conflitos contra a virtuosidade ética daquela cidade, o seu governante deve possuir armas e boas armas³⁸ para os conflitos

A “bondade” seguida por regras terrenas pode ser enganadora, desde o momento em que ela é criada pelo seu povo e por suas leis. Uma falsa bondade de um falso líder, pode ser desejada pelos cidadãos e pode se apresentar como um problema para a dominação e manutenção de uma terra. Nas palavras de Maquiavel a falsa moralidade de um homem pode levar à ruína de uma cidade:

Daqui hão de se notar duas coisas. A primeira é que muitas vezes o povo, enganado por uma falsa imagem de bem, deseja a sua própria ruína, e se lhe não for feito entender o que seja bem, por alguém em quem confie na palavra

37 MAQUIAVEL, pp. 106, 2021)

38 DISCORSI. 2024, pp.154.

dada, leva a que recaiam sobre as repúblicas infinitos perigos e danos.
(MAQUIAVEL, 2024, pp. 169.)

Sendo assim, um bom governante deve utilizar de sua *virtù* para liderar seu povo sobre regras e leis morais que possa eficientemente reger (e mesmo que destas ele mesmo não obedeça individualmente e quando em meditação consigo mesmo), para assim evitar a ruína de seu povo. E com tais princípios morais conduza o povo a uma *virtù* e desejos por uma liberdade do Estado de se conservar livre. Para que assim, os cidadãos de um governo não cresçam o desejo por uma liberdade contra o príncipe movida por mandamentos éticos de sua cultura e utilizem da força para retirar seu líder do poder; afinal, sem um bom líder, cairiam nas desgraças da Fortuna e de uma péssima *virtù* coletiva.

Por fim, adentrar o campo da moralidade maquiaveliana com a Fortuna nos apresenta outro argumento para encontrar uma metafísica em suas obras. Se consideramos as atividades da deusa agindo sobre a realidade das nossas ações políticas e desta forma até mesmo nas nossas regras morais no momento de agir, pressuporemos a existência de uma força maior do que um agente político. Como vimos a liberdade e a Fortuna percorrem caminhos separados, entretanto sempre conectados quando falamos de nossas decisões, determinações e desejos, mas aqui vemos que ela age até mesmo em escolhas que vão além de nossa capacidade ética. A Fortuna então decide sobre a imprevisibilidade até mesmo no nascimento e nas locações e instituições sociais primárias de uma vida, e logo, também suas primeiras regras éticas e morais, ao determinar as circunstâncias dos primeiros segundos de vida de uma criatura. Levando-se em consideração a liberdade e as vivências dos seres mais próximo, como pensar que nossas percepções morais seriam diferentes a depender da família e geografia a qual pertencemos ao nascer? A Fortuna controla não apenas parcialmente ações políticas e morais, mas também existenciais do homem.

3.2. O problema do caos.

Retornemos o conceito de Fortuna em Maquiavel, o autor trata o termo quase como tudo aquilo que se encontra no destino, (“sorte”, acaso, acidental) que não possa ser controlado por meios humanos e se encontre em uma camada quase divina. Uma materialização de um caos iminente. Porém, Maquiavel não vê a fortuna como algo totalmente divino e advinda de uma ideologia religiosa ortodoxa, mas como um agente “*metafísico*” sobre as ações humanas. No capítulo XXV de “O príncipe”, ele diz: “Não ignoro que muitos tiveram e têm a convicção de que as coisas do mundo são governadas pela fortuna e por Deus, [...]” (MAQUIAVEL, 2021, pp. 131). Colocando o deus cristão lado a lado da Fortuna, ele tira desse conceito uma eventual característica divina cristã e/ou pagã, mas similar uma causa para além da natureza física das coisas, como a gravidade ou outras forças físicas. A fortuna agiria de forma equivalente ao que a física moderna define como teoria do caos³⁹, uma imprevisibilidade constante dos indivíduos e do sistema universal das coisas.

No Tarot, a carta de número 10, intitulada “A roda da Fortuna”, trata justamente desse acaso da vida e que nada pode ser sempre completamente positivo ou negativo, e nada tem profunda certeza exatamente. Em seus poemas como Maquiavel utiliza a ideia da roda da fortuna e traz novos elementos desse fetiche para a Deusa. O autor defende que a Fortuna mesmo não podendo ser

39 A teoria do caos vem bem a frente na modernidade e contemporaneidade dentro da física e matemática como um conceito amplo de contingência para as possibilidades e probabilidades que acontecem no universo. A teoria do caos então se aplica a total amplitude das imprevisibilidades do cosmo, como diz FEY, 2012: “É de extrema importância que se tenha bem claro que o caos não é desordem; mas sim imprevisibilidade, que busca no aparente acaso uma ordem que é determinada por leis precisas.” A teoria do Caos tratará de uma ideia parecida com a Fortuna, porém não iguais para traduzirmos Fortuna para Caos. A teoria do Caos trabalhará as modificações metafísicas de realidade após cada tomada do agente e suas implicações caóticas no futuro. A Fortuna trabalhará como uma agente externa ao ser e que controla a imprevisibilidade e o caos de forma a se estender sobre todas as coisas. Se na teoria do Caos, prevemos matematicamente a capacidade da imprevisibilidade e suas inúmeras capacidades de se estender em fatores diferentes, a Fortuna seria algo ainda mais poderoso, pois tanto em seu tratado quanto em seus poemas, a Fortuna tem um poder de tamanha imprevisibilidade que é impossível de ter seus feitos calculados. Mesmo que um príncipe tenha um *virtù* preparado para uma probabilidade, ele é incapaz de controlar e se proteger de forma totalmente eficaz contra as amarras da roda da Fortuna.

controlada ou dominada, pode ser intuída e tomada como referência a alguns conhecimentos políticos (como pela *Virtù*), pela honra e os desejos do homem. Mas nem sempre, como visto na política de Maquiavel, é possível contornar as consequências da Fortuna com o auxílio do planejamento. A escolha da nomenclatura do caos para se referir ao poder da Fortuna aqui não se refere a algo negativo, mas como a algo acidental: não algo desastroso ou prejudicial, mas casual, eventual, fora do controle do indivíduo. Mesmo que a Fortuna seja de fato uma força que pode nos prejudicar, essa não está agindo de forma “perversa” contra o indivíduo, mas apenas cumprindo seu papel como imprevisível e imparcial. Mas, utilizando do acidental como um conceito de algo imprevisível, fortuito e que acontece por total acaso e pela agência do caos/Fortuna.

Consideramos fato importante ao estudar a Fortuna de Maquiavel é entender seu conceito para além da obviedade e tradução. Algumas edições e tradutores tendem a traduzir puramente Fortuna como sorte ou azar, entretanto a Fortuna vai muito além desses conceitos e não se aplica apenas a essas questões de semidivindade parcial. A Fortuna trata realmente de uma concepção de caos, de uma imprevisibilidade e contingência que se movimenta entre o espaço e tempo da vida dos seres e percorre de forma autônoma muito além do que podemos entender como sorte e/ou azar. Além de que se pensarmos a Fortuna como esses atributos, damos uma ideia de parcialidade da Fortuna, pois podem argumentar em sua contemporaneidade corriqueira que alguém teve sorte em alguma tarefa, ou que alguém foi muito azarado em tal situação. E seria pensar na Fortuna possuindo partido em seu agir com os seres, entretanto pensar que a Fortuna detém de uma capacidade totalmente tendencioso aos seres é cair em uma armadilha falaciosa contra a Fortuna e seu poder sobre o imprevisível. O que dizemos aqui é como ao pensar numa moralidade em relação a Fortuna é que, mesmo não pensando na Fortuna como uma deusa, esta adquire propriedades divinas em sua essência e se encontra em total desarmonia com o que entendemos por sorte, azar e regras ou leis mundanas. Desta forma, é atribuindo a ela o conceito no Caos que começaremos a entender o que poderíamos catalogar como uma metafísica maquiaveliana.

Em nenhum momento de suas obras Maquiavel tenta construir ou nomear a

Fortuna e sua liberdade como uma forma de metafísica, entretanto vimos aqui pontos que defendem que estes dois conceitos ultrapassam qualquer entendimento argumentativo da posse de uma característica terrena. Ou seja, mesmo que o autor tenha escrito pensando unicamente nas atribuições desses conceitos para a manutenção do poder político, visando construir e fortalecer os laços de uma república ou principado (em essencial em Florença), percebemos que esses tópicos de suas obras ultrapassam as linhas de uma natureza palpável. E é isto, que chamaremos de uma metafísica maquiaveliana: a Fortuna e a liberdade de suas obras. Tanto a Fortuna quanto a liberdade são conceitos que, como vimos não podem ser totalmente controladas ou entendidas pelos homens. Estas estão acima de uma mera compreensão e muito menos de serem domadas. A deusa se encontra em planos além das cidades e do Estado e domina os indivíduos como bem quer, ou pelo caos que é de sua própria consciência, dominando todas as coisas entre espaço e tempo. Uma “entidade” que não pertence a um espaço definitivo e se desloca nas ações dos homens interferindo no futuro destes e em seu presente só pode por pertencer a um mundo não físico.

A Fortuna não se define totalmente e reina sobre um amontoado de “se” e “quase”, todas as ações humanas são apenas “se” e “quase” em relação a deusa. Se um rei pensa em atacar um reinado vizinho para conquistar ou aumentar suas armas para defender um ataque alheio na busca de se defender, este rei está em planejamento de uma soma de “se” e “quase”: ele quase atacou ou ele quase defendeu e todas as possibilidades presentes em seus planos não podem ser totalmente premeditadas por sua *virtù*. Entretanto a Fortuna conhece todos os efeitos e suas variações temporais. Pensando assim, todas as decisões humanas seriam posteriormente definidas não somente pelas suas determinações e predileções, mas também por suas consequências elaboradas pelo caos. Temos por esta medida de que mesmo que possuíssemos de fato livre-arbítrio sobre nós e a chamada liberdade para exercer controle de nossas vidas, a Fortuna e o caos sempre teriam parcela sobre nossa individualidade e nossas ações. Assim como Maquiavel nos lembra sobre até onde vai nossa liberdade e livre-arbítrio em relação

a deusa⁴⁰.

Assim também se encontra a liberdade, mas de forma quase antagônica as possibilidades de tempo causadas pelo caos. Vimos como a liberdade nunca pode ser totalmente conquistada e como devemos sempre por ela desejar manter e não deixá-la ser tomada por futuros tiranos. O caos então se aplica a liberdade, como um estratagema vingativo, tentando sempre criar “se” para furtar a liberdade do homem. Enquanto a liberdade parece por se manter fora do campo do tempo, afinal se a liberdade nunca pode ser conquistada, esta nunca está de fato presente e existindo na vida dos indivíduos. A liberdade então não pode ser totalmente conquistada, mas a liberdade como característica inata de si mesma busca a liberdade e por conseguinte está presente em todos aqueles seres políticos.

Não é de pretensão dessa monografia ditar com obrigatoriedade e imperativamente que o conteúdo desses conceitos nas obras maquiavelianas sejam uma metafísica (e dessa forma redigir uma forma de ler estes textos). Porém, a de entender como de fato estes temas podem se transmitir para além de uma vertente apenas política e física, se conectando, por fim, também em assuntos filosóficos pertencentes ao caminho da metafísica. Ou seja, entender como a Fortuna e a liberdade atuam nas ações individuais e sendo assim na política do Estado. Como também esses fatos se comportam de forma peculiar as nossas relações quanto a realidade e as possibilidades do caos e do pertencimento das ações humanas.

Devemos fixar que também não consta em nossos objetivos finalizar ou concretizar uma resposta absoluta sobre a questão (se há mesmo uma metafísica nas teses de Fortuna e Liberdade em Maquiavel). Ou seja, esta monografia não pretende redigir uma finalidade a esta pergunta ou construir uma conclusão integral sobre este caso. Afinal, sequer poderíamos dar um ponto final nessa pergunta ou perdemos a modéstia do reconhecimento de uma não objetividade e assertividade com o tema. Mas sim, de levantar o questionamento aos pesquisadores maquiavelianos e futuros pensadores do caso. Assim, elaborando possibilidades de uma concretização ou apenas um debate produtivo sobre a possibilidade do campo metafísico se encontrando nas obras do nosso florentino político. Maquiavel se

40 Ver primeira citação do capítulo II na unidade 2.2.1 Como a liberdade e a Fortuna funcionam juntas. MAQUIAVEL, pp. 131. 2021).

consagra cronologicamente como um filósofo medieval, em que seus pensamentos e ideias transcorrem seu tempo e beiram o que catalogamos hoje como movimento modernista. E mesmo que o autor não tenha em seu âmago pensado previamente (afinal esta também seria uma questão de impossível resposta) em suas teses com caráter metafísico, identificar esse caráter em seus textos convoca uma nova complexidade a seus textos que já carregam em suas páginas uma grandiosa capacidade filosófica.

CONCLUSÃO

Nas obras maquiavelianas e em nossas análises nos foram referidos os argumentos e metodologias do autor presentes em seus textos. Seja pelos exemplos históricos, mitológicos ou pelas regras e leis postas, encontramos o que tenhamos por primeiro objetivo: analisar caráter do conceito de Fortuna e como a deusa atua sobre a nossa liberdade. Passamos a observar o poder da Fortuna em sua real capacidade dentro das forças da imprevisibilidade e como o *desejo* e a *virtù* são elementos cruciais para o homem entender e se preparar para as ações da contingência. Vimos que apenas uma boa *virtù* construída com base nos desejos poderia guiar um homem para uma vida política segura contra as variações da roda da Fortuna. Em “Maquiavel Republicano”, Bignotto afirma que:

Embora não saibamos qual o sentido exato de sua ação, podemos estar certos de que ela conduz a um fim determinado. Para Maquiavel, ao contrário, a 'Fortuna', é um elemento importante para a compreensão dos acontecimentos pois nos lembra que somente a 'virtu' pode enfrentar as ameaças do tempo, ainda que não saibamos em que sentido a roda da história vai girar.

(BIGNOTTO, 2021, pp. 179.)

Ou seja, com os exemplos históricos da honra, glória e virtudes de um governante (e tendo prioritariamente estas características, mas não apenas essas), um príncipe pode possuir uma boa *virtù*, para contra-atacar e sabiamente defender-se do caos contingente. Assim como, pelo próprio desejo agindo dentro da natureza humana, os homens podem buscar sua liberdade. E sendo assim, devemos sempre alimentar nossos desejos políticos naturais pela liberdade, e compreender, assim como dita Maquiavel que ao menos metade de nossas ações é controlada por nosso livre-arbítrio e não pelas mãos da Fortuna (MAQUIAVEL, 2021, pp. 131). Ao escrever sobre a deusa nas palavras de Maquiavel em DI Fortuna, Aranovich expõe também os possíveis objetivos da contingência maquiaveliana:

A conclusão a que Maquiavel chega, ao final do poema, é de que a Fortuna não proporciona a felicidade e de que é muito grande a dificuldade para completar o ciclo: à elevação segue-se a ruína e desta não se volta a encontrar elevação, mas sim a morte, que seria o destino dos que foram aprisionados pela Fortuna. (ARANOVICH, p. 228, 2011)

A Fortuna, não é e nunca será moralmente parcial, não atribui emoções felizes ou não a ninguém, existe no caos e apenas serve a propósito de sua contingência. Adentrando às prisões líricas postas por Maquiavel e Aranovich, retomamos outro tópico discutido nessa monografia: até que ponto a Fortuna e a liberdade percorrem caminhos atrelados em relação a nossas ações. E nesse tópico categorizamos o que seria uma possível *metafísica maquiaveliana*, o estudo da Fortuna e da liberdade do autor dentro das ações humanas e como o mundo físico responde a tais questões fora de seu campo.

Sucintamente atribuímos nomenclatura e definição de metafísica maquiaveliana ao total das relações não somente físicas e políticas, sendo influenciadas pelas ações da contingência e da liberdade. Afinal, esses fatores, por si mesmo, ultrapassam uma definição apenas política e mundana das questões sensoriais do poder. Vimos que o âmbito da própria moralidade surge apenas quando a Fortuna é considerada fora de características puramente terrenas e políticas, pois ela se encontra em um campo de realidade além das sensações e desejos encontrados na natureza do homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVERSE, Helton. **Maquiavel, a república e o desejo de liberdade**. Trans/Form/Ação, São Paulo, v. 2, n. 30, p. 33-52, 2017.

AMES, José Luiz. **História e ação política em Maquiavel**. Mediações, Ciências Sociais. Vol 1 – N.1/2004 – p.101-118.

AMES, José Luiz. **Liberdade e conflito – o confronto dos desejos como fundamento da ideia da liberdade em Maquiavel**. Kriterion, Belo Horizonte, nº 119, Jun/2009, p. 179-196.

ARANOVICH, P. F., **Cadernos da Ética e Filosofia Política 18**, 1/2011. pp.221-230.

BIBLIO. **Nicholas Machiavel's Prince - 1640** by MACHIAVELLI, NiccolÚ. Disponível em: https://www.biblio.com/details.php?dcx=1466640720&aid=vialibri&utm_source=vialibri&utm_medium=archive&utm_campaign=vialibri&srsItid=AfmBOoos-dG5GVRgqoUnQDBe1txZ9zDZbm12_GlnNeWFsszFt41GI65Z. Acesso em: 11 dez. 2024.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2015. 232 p.

CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 311 p. Tradução de Álvaro Cabral.

CELSO FERRARI, Paulo. **TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA FORMAÇÃO DOCENTE A DISTÂNCIA – UMA INTRODUÇÃO À TEORIA DO CAOS**. 2008. 135 p. Doutorado — UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis, 2008.

FEY, Franciele. **Teoria do caos: a ordem na não-linearidade**. Universo Acadêmico, Faculdades Integradas de Taquara, v. 5, n. 1. Jan/Dez 2012.

KLEIN, Giovani Roberto. **O ÉDIPO DE SÊNECA**: tradução e estudo crítico. 2005. 156 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Letras Clássicas.,

Instituto de Estudos da Linguagem Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005

LIBRARY, British. **Niccolò Machiavelli was born #onthisday in 1469.**: explore his famous work "the prince". X, 03 maio 2016. Imagem da edição de 1640 de The Prince. Twitter: @BritishLibrary. Disponível em: <https://x.com/britishlibrary/status/727524457946947588>. Acesso em: 11 dez. 2024.

LIBRARY, British. **Machiavelli's The Prince.** Disponível em: <https://www.bl.uk/collection-items/machiavellis-the-prince#:~:text=The%20Prince%20circulated%20widely%20in,in%20manuscript%20from%20around%201585..> Acesso em: 23 abr. 2023.

MACHIAVELLI, Niccolò. **I capitoli.** [S. I.]: Domínio Público, 1971. 16 p. TRATTO DA: Niccolò Macchiavelli: "Tutte le opere" Sansoni editore, Firenze 1971 LICENZA: questo testo è distribuito con la licenza specificata al seguente indirizzo Internet: <http://www.liberliber.it/biblioteca/licenze/>.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** São Paulo: Martin Fontes, 2001. 112 p. Tradução: Maria Júlia Goldwasser

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** 18. ed. São Paulo: Companhia das Letras – Penquin Companhia, 2021. 176 p. (Clássicos). Tradução de Maurício Santana Dias e Prefácio de Fernando Henrique Cardoso.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio.** Coimbra: Edições 70, 2024. Tradução. Introdução e notas de André Santos Campos e Giovanni Damele.

MAQUIAVEL E A ARTE DE ENGANAR-SE | JOSÉ ALVES DE FREITAS. 30 ago. 2016. Publicado pelo canal Café Filosófico CPFL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ca3KMPPG-Zwg>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MAQUIAVEL e a religio dos romanos nos discursos sobre a Primeira Década de tito Lívio. Rio de Janeiro: Ppgcp-Unirio, 2024. P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BCzc7EfDWvE>. Acesso em: 09

maio 2024.

NASÃO, Públio Ovídio. **Fastos: fasti edição bilingue**. Belo Horizonte, São Paulo: Autêntica Clássica, 2015. Tradução Márcio Meirelles Gouvêa Junior.

PLATNER, Samuel Ball. **Fors Fortuna**. 1929. Disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Gazetteer/Places/Europe/Italy/Lazio/Roma/Rome/_Texts/PLATOP*/Fors_Fortuna.html. Acesso em: 27 nov. 2023.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelecto da virtù. **Clássicos da Política**, [S. I.], p. 14-24, 2001.

SANTOS, Thamires. **Paganismo: prática religiosa ligada à natureza**. Prática religiosa ligada à natureza. 2018. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/religiao/paganismo>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SÊNECA. As Troianas. **Lisboa**: Centro de Estudos Clássicos, 2014. Tradução, posfácio e notas de Ricardo Duarte.

SÊNECA, Lucius Annaeus. **Fedra**. Belo Horizonte: Labed – Laboratório de Edição – Fale/ Ufmg, 2021. Tradução Camila Machado Reis.

SKINNER, Quentin. **MAQUIAVEL**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, 15p. Tradução: Maria Lucia Montes.

UNDERHILL, Kathryn Valerie. **FILIPPO DE'NLRLI, 1485 - 1556**: politician, administrator and historian.. 2015. 404 f. Tese (Doutorado) - , Royal Holloway, University Of London, Reino Unido, 2016. Disponível em: <https://repository.royalholloway.ac.uk/items/6f87cfd5-c45e-48d3-8b58-0c8c02ff9101/1/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

WAITE, Edith. **O Taro Universal de Waite**. [S. L.]: Isis, 2021. 272 p.

WINTER, Lairton Moacir. A teoria dos humores de Maquiavel: a relação entre o conflito e a liberdade. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 19, p. 43-75. 2011.